



**PLANO DE ATIVIDADES
E ORÇAMENTO 2019 (v.II)**

ACRÓNIMOS E DEFINIÇÕES

AdP	Águas de Portugal
AdTA	Águas do Tejo Atlântico, S.A.
BEI	Banco Europeu de Investimento
CA	Conselho de Administração
CTA	Componente Tarifária Acrescida
DGTF	Direção Geral do Tesouro e Finanças
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
EVEF	Estudo de Viabilidade Económico-financeira
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
MATE	Ministério do Ambiente e da Transição Energética
MLP	Médio e Longo Prazo
OT	Obrigações do Tesouro
PAI	Plano Anual de Investimentos
PAO	Plano de Atividades / Investimentos e Orçamento
PMP	Prazo Médio de Pagamento
PRC	Plano de Redução de Custos
UV	Ultra violetas
SEE	Setor Empresarial do Estado



ÍNDICE

1.	A Águas do Tejo Atlântico.....	4
1.1.	Nota introdutória – versão II do PAO 2019.....	6
1.2.	Atividade da concessão atribuída à Águas do Tejo Atlântico pelo Estado Português.....	8
1.3.	Estrutura organizacional.....	9
1.4.	Sumário executivo.....	10
1.5.	Constrangimentos e limitações.....	10
1.6.	Princípios, pressupostos e linhas orientadoras.....	11
1.7.	Pressupostos macroeconómicos de referência.....	11
2.	Instrumento previsional de gestão.....	13
2.1.	Missão, Visão, Objetivos e Políticas.....	13
2.2.	Orientações Estratégicas.....	15
2.3.	Contratos de Gestão, Contratos-Programa e Contrato de Prestação de Serviço Público.....	19
2.4.	Instrumentos de Planeamento, Execução e Controlo.....	20
2.5.	Plano de Atividades para 2019.....	21
2.6.	Plano de Investimento Plurianual.....	23
2.7.	Financiamento e Endividamento.....	42
2.8.	Demonstrações Financeiras Previsionais.....	43
2.9.	Orientações e Legislação Vigente para o Setor Empresarial do Estado.....	45
2.10.	Plano de Redução de Gastos (“PRG”).....	46

Anexos:

- Anexo I Seleção de investimentos plurianuais específicos para acompanhamento
- Anexo II Ficha sumária de investimento
- Anexo III Fichas descritivas de investimento plurianual
- Anexo IV Parecer do Órgão de Fiscalização
- Anexo V Parecer do Revisor Oficial de Contas



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura Acionista da AdTA.....	4
Figura 2 - Área Geográfica servida pela AdTA.....	5
Figura 3 - Dimensão da AdTA.....	6
Figura 4 - Organograma da AdTA.....	9
Figura 5 - Principais Indicadores da AdTA.....	10
Figura 6 - Pressupostos Macroeconómicos de Referência.....	12
Figura 7 - Investimento em Capital Fixo para o período 2019 - 2021.....	23
Figura 8 – Detalhe do investimento para o período 2019 - 2021.....	23
Figura 9 – Detalhe do investimento para o período 2017 - 2021.....	25
Figura 10 – Detalhe da rubrica “Outros” para o período 2019.....	26
Figura 11 – Investimento – componente empreitadas – período 2019 - 2021.....	27
Figura 12 – Investimento e financiamento previsional – componente empreitadas – ano 2019.....	28
Figura 13 – Cálculo da expressão material do investimento.....	29
Figura 14 - Fontes de Financiamento para o período 2019-2021.....	42
Figura 15 - Endividamento no período 2019-2021.....	43
Figura 16 - Taxa média de Endividamento no período 2019-2021.....	43
Figura 17 – Variação do endividamento no período 2018-2019 (artigo 159.º DLEO 2019).....	43
Figura 18 - Demonstração da Posição Financeira – Previsional.....	44
Figura 19 - Demonstração dos Resultados por Naturezas - Previsional.....	44
Figura 20 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Previsional.....	45
Figura 21 – Disponibilidades.....	45
Figura 22 - EBITDA.....	46
Figura 23 - EBIT.....	46
Figura 24 - EBITDA ajustado.....	47
Figura 25 - Rácio PRC.....	47
Figura 26 - Frota Automóvel.....	48
Figura 27 – Quadro pessoal.....	49
Figura 28 - Quadro de Pessoal (detalhe).....	49
Figura 29 - Quadro de Pessoal (evolução).....	50
Figura 30 - Gastos com Pessoal.....	51
Figura 31 - Gastos com Pessoal e número de colaboradores.....	52
Figura 32 – Variação dos Gastos com Pessoal.....	52
Figura 33 – Prazo médio de pagamento.....	53
Figura 34 - Esforço Público de Financiamento para o triénio 2019-2021.....	53



I. A Águas do Tejo Atlântico

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (“AdTA”), é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, com capital social de 113 527 680,00 € (cento e treze milhões, quinhentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta euros), tendo-lhe sido atribuída pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

O sistema resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

A empresa AdTA tem atualmente a seguinte estrutura acionista:

Acionistas	N.º de Ações Subscritas por Categoria		Nº Total de Ações Subscritas	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
	Categoria A	Categoria B			
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A.	57 538 912		57 538 912	57 538 912	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921		2 921	2 921	0,00%
Alcobaça	899 856		899 856	899 856	0,79%
Alenquer	384 003		384 003	384 003	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542		55 542	55 542	0,05%
Azambuja	346 735		346 735	346 735	0,31%
Bombarral	107 998		107 998	107 998	0,10%
Cadaval	123 253		123 253	123 253	0,11%
Caldas da Rainha	614 244		614 244	614 244	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618	18,38%
Loures	8 284 708		8 284 708	8 284 708	7,30%
Lourinhã	302 165		302 165	302 165	0,27%
Nazaré	273 724		273 724	273 724	0,24%
Óbidos	131 237		131 237	131 237	0,12%
Odivelas	2 521 433		2 521 433	2 521 433	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Peniche	386 004		386 004	386 004	0,34%
Rio Maior	183 768		183 768	183 768	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438		57 438	57 438	0,05%
Torres Vedras	711 623		711 623	711 623	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638		2 881 638	2 881 638	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433		2 521 433	2 521 433	2,22%
TOTAL	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680	100,00%

Figura 1 - Estrutura Acionista da AdTA

Estima-se que a população residente abrangida por este sistema seja atualmente de cerca de 2,2 milhões de habitantes na atividade de saneamento de águas residuais, servindo os seguintes 23 municípios: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.



Figura 2 - Área Geográfica servida pela AdTA

Na imagem seguinte são apresentados os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração:

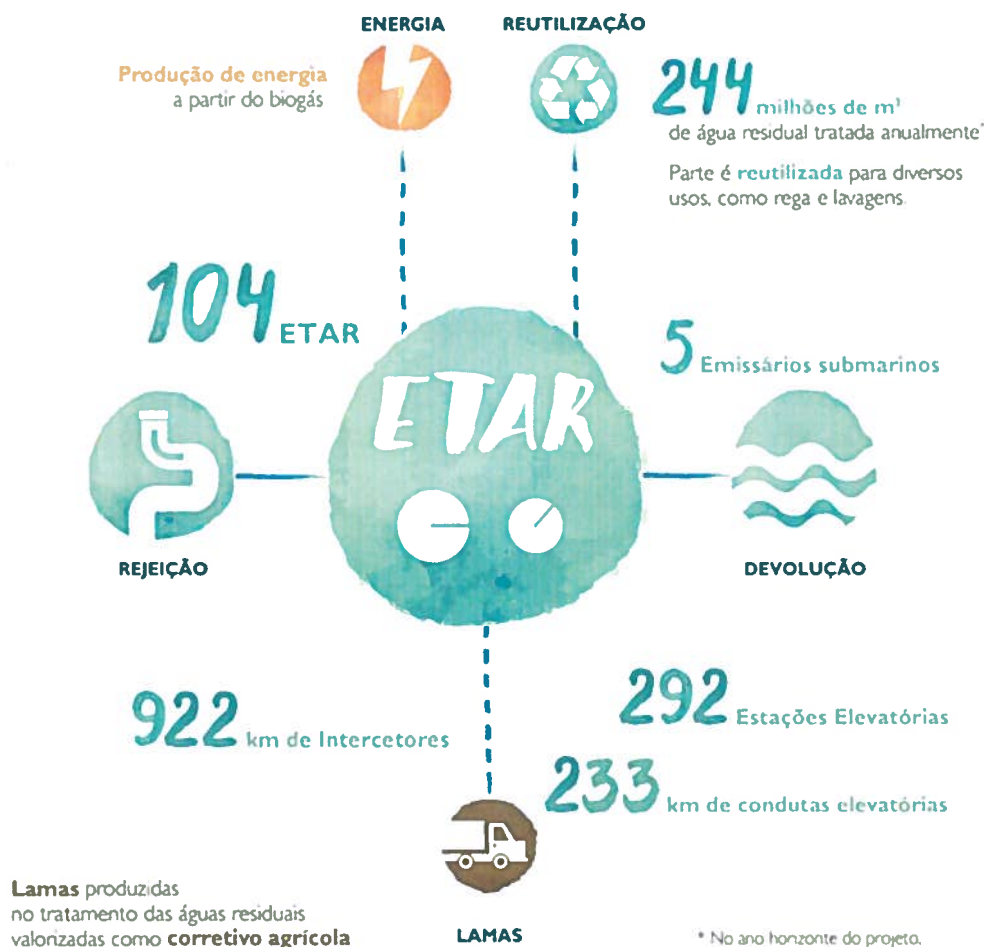


Figura 3 - Dimensão da AdTA

I.1. NOTA INTRODUTÓRIA – VERSÃO II DO PAO 2019

Em 30 de outubro de 2018, a Águas do Tejo Atlântico, S.A. submeteu no SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira) a sua proposta de PAO para o exercício de 2019.

No dia 25 de março de 2019, a Águas do Tejo Atlântico recebeu do Ministério do Ambiente e da Transição Energética, o ofício n.º 983/2019, que inclui o relatório e o parecer do Ministério das Finanças/UTAM onde são solicitadas correções e esclarecimentos relacionados com pessoal (gastos e recrutamento) e com o plano de investimentos.

A Águas do Tejo Atlântico apresenta nas páginas seguintes o PAO 2019 (na íntegra), com as correções e esclarecimentos solicitados.



Damos nota que, dispondo a Empresa à data da revisão do PAO 2019 dos valores reais de 2018, os mesmos foram vertidos nas demonstrações financeiras e nos vários quadros ao longo do presente relatório. Deste modo, a Tejo Atlântico apresenta as suas projeções futuras tendo por base as contas finais de 2018.

Em termos económicos e financeiros, a correção efetuada nos gastos com pessoal teve um efeito de menos 153 046 euros, tendo-se ainda procedido, com base no cumprimento da Lei de Execução Orçamental para 2019 e nos dados históricos de 2018, à redução em cerca de 3,2 milhões de euros em fornecimentos e serviços externos.

A Águas do Tejo Atlântico entende que as necessidades de pessoal são significativas, relevantes e urgentes, como tem relevado nos diferentes relatórios apresentados e como tal a estimativa dos gastos a incorrer não se extingue com a não aprovação das contratações solicitadas, mas serão antes suprimidas por outras vias, nomeadamente com a contratualização de prestações de serviços. Deste modo, em termos globais as correções agora efetuadas não tiverem efeito relevante no EBITDA, resultado operacional, PRC, etc..

Note-se que à data da elaboração e submissão do PAO de 2019, ainda não tinha sido aprovado o PAO de 2018, documento onde se previa a admissão de 16 trabalhadores (ainda em 2018), pelo que não era possível antecipar as correções de gastos e número de pessoal agora vertidas no presente documento, que se soube, em janeiro de 2019, da autorização para a admissão de 10 trabalhadores.

A Águas do Tejo Atlântico não pode deixar de dar nota de que o PAO é um exercício de previsão de rendimentos, gastos, endividamento e investimentos futuros, entre outros dados e indicadores, preparado de acordo com a melhor estimativa possível na data da sua elaboração, com o máximo rigor e que naturalmente está sujeito a acontecimentos futuros não esperados.

Estranhámos a solicitação feita para correções como as de pessoal, de montante irrelevante na estrutura de gastos da Águas do Tejo Atlântico, quando a atividade da Empresa está sujeita a variáveis não controláveis, muito mais relevantes e de impacto operacional e financeiro muito mais significativo na sua atividade, como por exemplo as condições atmosféricas, o aumento do preço da energia e de combustíveis, o transporte e tratamento de lamas ou da taxa de inflação.

A Águas do Tejo Atlântico no presente PAO 2019 estima faturar mais de 80 milhões de euros, estima apresentar mais de 60 milhões de euros de gastos operacionais e estima apresentar um EBITDA de mais de 32 milhões de euros.

Sobre as notas da UTAM acerca do investimento e a qualidade da informação prestada, salientamos que a Águas do Tejo Atlântico iniciou a sua atividade em 1 de julho de 2017 sendo natural que fruto do pouco tempo já decorrido, do conhecimento e da experiência apreendidas, que a informação do PAO de 2019, seja melhor e mais detalhada que a do PAO de 2018, que por sua vez já era ligeiramente melhor que o do ano anterior, que era basicamente a informação financeira constante no EVEF. No final do capítulo 2.6 é



apresentada a informação adicional requerida pela UTAM sob o título “Informação adicional sobre o processo de investimento”.

1.2. ATIVIDADE DA CONCESSÃO ATRIBUÍDA À ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO PELO ESTADO PORTUGUÊS

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Oportunidades de expansão da atividade:

A Empresa tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando-se abranger cerca de 2,4 milhões de habitantes.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Encontra-se também previsto no Contrato de Concessão da AdTA, o desenvolvimento de outras atividades de negócio:

- A sociedade pode ainda, ao abrigo do Decreto – Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios;
- A sociedade pode ainda, nos termos previstos na lei e designadamente nos n.º 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto – Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas, ficando desde já autorizada a exercer as anteriormente exercidas pelas sociedades extintas.

1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os órgãos sociais da Águas do Tejo Atlântico para o triénio 2017/2019 foram eleitos em Assembleia-Geral de Acionistas realizada a 28 de abril de 2017, após o que foi definida a estrutura organizacional da Empresa:

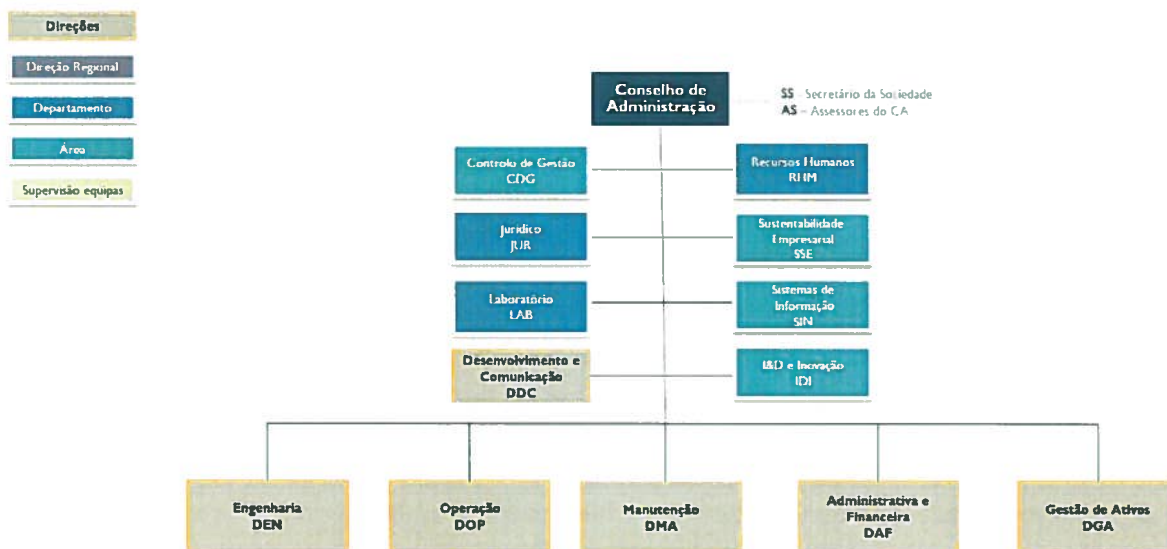


Figura 4 - Organograma da AdTA



I.4. SUMÁRIO EXECUTIVO

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., (“AdTA”) é uma empresa pública que integra o perímetro de consolidação do Grupo Águas de Portugal (“Grupo AdP”) e que pertence ao Setor Empresarial do Estado (“SEE”) nos termos do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Está organizada para o cumprimento da missão e objetivos que lhe foram atribuídos pelos acionistas, atendendo ao enquadramento em que desenvolve a sua atuação, nomeadamente de:

- Âmbito regulatório e tarifário – salvaguarda da sustentabilidade económico-financeira;
- Âmbito operacional - garantido o cumprimento do respetivo Contrato de Concessão;

A empresa procura assegurar os recursos necessários ao cumprimento da sua missão, adequando a sua natureza aos custos correntes da atividade e ao plano de investimentos previsto.

O financiamento da empresa assenta, fundamentalmente em recursos próprios, em fundos da União Europeia e em financiamento do Banco Europeu de Investimentos (“BEI”). Dispõe ainda de linhas de financiamento de curto prazo destinados a apoio (pontual) de tesouraria, caso seja necessário.

Na estruturação do seu financiamento, a AdTA beneficia do aval do Estado Português, via o acionista AdP SGPS.

Para o período em análise estes são os principais indicadores de atividade da AdTA:

PRINCIPAIS INDICADORES	2017	2018	2019	2020	2021
Volume de Atividade (milhões de m ³)	185,1	198,1	205,5	205,5	205,5
População Servida (milhões de pessoas)	2,2	2,3	2,2	2,2	2,2
ETAR (N ^o)	104	103	103	103	104
EE (N ^o)	268	268	274	277	288

Figura 5 - Principais Indicadores da AdTA

I.5. CONSTRANGIMENTOS E LIMITAÇÕES

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. iniciou a sua atividade de forma independente no dia 1 de julho de 2017. Até essa data e desde a sua constituição (pelo Decreto-Lei n.º 34/2017), no dia 24 de março, a gestão da empresa foi assegurada pela EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A..

Assim, até ao dia 1 de julho de 2017, as operações do ponto de vista contabilístico foram igualmente asseguradas pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo (gerida pela EPAL), tendo os movimentos relativos ao primeiro semestre de 2017 sido alvo de cisão contabilística, que retroagiu a 1 de janeiro conforme determinado no DL da sua constituição.

O ano de 2018 é o primeiro ano civil completo de atividade da empresa, pelo que as perspetivas no que respeita às várias áreas da Tejo Atlântico ainda se revestem de necessidades várias para o melhor desenvolvimento das respetivas atividades.

A Empresa continua o esforço, já iniciado em 2017, na otimização dos processos no sentido da redução dos custos, designadamente em termos dos consumos de energia, de água potável, de reagentes e na produção de lamas. Destaca-se uma particular aposta na manutenção preventiva e preditiva, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e de baixar o número e frequência da ações de manutenção corretiva, suprimindo insuficiências de manutenção de anos anteriores.

1.6. PRINCÍPIOS, PRESSUPOSTOS E LINHAS ORIENTADORAS

O presente documento constitui a proposta de Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento (PAO) da Águas do Tejo Atlântico, S.A. para o exercício de 2019.

1.7. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA

O presente documento foi desenvolvido de acordo com as orientações do Grupo AdP e com base nas instruções de Direção-Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) para a elaboração da proposta de Instrumentos Previsionais de Gestão (“IEIPG”), constantes do ofício n.º 5487 de 21 de novembro de 2018, em cumprimento com o n.º 6 do art.º 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Para além do cumprimento das referidas instruções e determinações legais a proposta de PAO 2019 visa cumprir as diversas orientações governamentais, designadamente no que respeita: i) contenção de gastos e de endividamento e ii) orientações recebidas da tutela e do acionista, em substituição dos contratos de gestão, cuja definição se aguarda para breve.

Saliente-se ainda que sendo a atividade da Águas do Tejo Atlântico regulada pela ERSAR (Entidade Reguladora de Águas e Resíduos) o presente PAO segue igualmente as recomendações emanadas por aquela entidade.

Por último, e considerando que à data a que Tejo Atlântico remete à aprovação nova versão do PAO 2019, decorrente das correções já mencionadas, visou-se em simultâneo atender ao constante da Lei de OE para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro) e no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (“DLEO para 2019”).



Os pressupostos macroeconómicos utilizados e que se reproduzem no quadro seguinte, foram:

Descrição	2019 Orçamento
Taxa de inflação	1,50%
Taxa de inflação energia	6,39%
Taxa de IVA (vendas)	6%
Taxa de IVA (prestação de serviços e venda de energia)	6%
Taxa de IVA (suportado)	23%
Prazo médio de recebimentos (prestação de serviços)	60
Prazo médio de pagamentos (fornecedores correntes)	30
Prazo médio de recebimentos (IVA)	120
Prazo médio de pagamentos (IVA)	60
Rotação de stocks	30
Taxa de IRC	21,00%
Taxa de derrama	1,50%
Derrama Estadual > € 1,5 M <= € 7,5 M	3,00%
Derrama Estadual > € 7,5 M <= € 35 M	5,00%
Taxa de remuneração do capital acionista	5,20%
Taxa de remuneração do dividendo em dívida	3,00%

Figura 6 - Pressupostos Macroeconómicos de Referência

2. Instrumento previsional de gestão

2.1. MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

Missão

A Águas do Tejo Atlântico tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Visão

Ser reconhecida, nacional e internacionalmente, como uma empresa de referência no setor da água em Portugal, pela qualidade do serviço prestado, inovação, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor, num quadro de respeito pelas exigências legais aplicáveis e outros compromissos voluntariamente assumidos pela empresa.

Objetivos

No decurso da sua atividade de exploração e gestão do referido sistema, a AdTA tem como objetivos a garantia da qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuindo para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

Políticas

A AdTA, assumindo o compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentado dos serviços de saneamento de águas residuais e para a concretização das metas nacionais estabelecidas para o setor, coloca o seu empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com os acionistas, clientes, colaboradores, concedente, fornecedores, comunidade e demais partes interessadas.



Consciente do seu papel como instrumento de desenvolvimento socioeconómico da região em que se insere, a empresa assume ainda a promoção da proteção do meio ambiente e a sua valorização junto da comunidade.

Neste contexto, a AdTA aplica uma estratégia de negócio assente nos seguintes princípios:

- Satisfação do cliente

Manter o foco na satisfação do cliente, antecipando e correspondendo às suas necessidades e expectativas, e estabelecer parcerias com vista à melhoria do serviço prestado;

- Motivação dos Colaboradores

Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, através da adequação e atualização de competências, consciencialização, formação e melhoria das condições de trabalho, garantindo a igualdade de género e fomentando o envolvimento, comprometimento com a eficácia do sistema de gestão, a responsabilidade individual e criatividade; Respeitar a liberdade de associação, de representação e a igualdade de oportunidades na relação com os colaboradores, recusando todas as formas de discriminação, o trabalho infantil ou trabalho forçado, e assegurando o recurso a uma cadeia de fornecimento que partilhe estes valores;

- Eficiência dos processos

Assegurar a otimização dos processos procurando garantir a eficiência, qualidade do serviço e a fiabilidade, o uso eficiente e sustentável dos recursos, a minimização dos impactos ambientais e riscos de segurança, bem como a prevenção da poluição, dos acidentes, das lesões, dos ferimentos, e dos danos para a saúde dos colaboradores, ou outros que trabalhem em nome ou ao serviço da AdTA, e da comunidade envolvente;

Promover o conceito do pensamento baseado no risco e da tomada de decisões baseadas em evidências, no planeamento e gestão dos processos;

Respeitar integralmente todos os requisitos da legislação aplicável, das normas ISO9001, ISO14001, OHSAS18001 e SA8000, e outros que a AdTA subscreva;

- Melhoria Contínua e Inovação

Apostar na aprendizagem permanente e no aprofundamento do conhecimento, como forma de assegurar a investigação, o desenvolvimento e a inovação, imprescindíveis à melhoria contínua do Sistema de Gestão;

- Transparência e Comunicação

Adotar uma postura de transparência partilhando, com as partes interessadas, a política empresarial, os objetivos estabelecidos e o desempenho atingido nas diferentes vertentes do desenvolvimento sustentável-económica, social e ambiental.

2.2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas. Os objetivos do Grupo AdP são assim determinados pelas políticas governamentais para o setor empresarial do Estado, em geral, e para o sector de atividade das empresas do Grupo AdP, em particular, através de orientações estratégicas emanadas através de despachos ministeriais e por deliberação dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas do Grupo.

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

As orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas para o mandato de 2017/2019 dos administradores da AdTA foram aprovados na Assembleia Geral de 4 de agosto de 2017.

A AdTA enquanto instrumento empresarial assume a responsabilidade pelas seguintes linhas de atuação estratégica:

- Assegurar a prossecução das políticas setoriais que enquadram a sua atividade e a criação de valor acionista, com especial enfoque para uma prudencial gestão do risco e mobilização de recursos financeiros;
- Promover a racionalização dos investimentos necessários ao desenvolvimento da sua missão, com enfoque na implementação de novas infraestruturas e na operação e manutenção das já existentes;
- Dar continuidade a outros projetos que venham a ser considerados relevantes, de acordo com orientações expressas pela tutela sectorial;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável, pela via da maximização do ponto de vista do aproveitamento dos recursos endógenos disponibilizados no Grupo AdP e através de soluções que promovam a eficiência no Grupo AdP.

Para além das orientações definidas pelo acionista, o Conselho de Administração deve assegurar que a empresa (sem prejuízo da sua autonomia de gestão) persiga:

- A sua missão em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- A responsabilidade social, promovendo na sua atuação em objetivos sociais e ambientais, o respeito por princípios empresariais éticos, a competitividade no mercado, a proteção dos clientes / consumidores e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica e financeira, social e ambiental;
- O desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental, promovendo a proteção do ambiente e a utilização eficiente dos recursos hídricos;
- A adoção de metodologias que permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado, promovendo o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço prestado, e o grau de satisfação dos clientes;
- Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o investimento na valorização profissional e pessoal e que estimulem o fortalecimento da motivação e do aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implemente políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica e financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade);
- Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito.

Adotaram e adotarão princípios de gestão com base nos seguintes princípios:

- Implementação de uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão;
- Adoção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas do setor empresarial do Estado;

- Desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial, assente, fundamentalmente, numa filosofia de gestão que contemple as dimensões económica, ambiental, social e ética.

Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a Águas do Tejo Atlântico, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

- Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da:
 - Promoção de parcerias integrando, quando adequado, sistemas municipais, privilegiando a promoção da gestão do ciclo integral da água;
 - Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento;
- Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais;
 - Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais;
 - Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais;
- Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
 - Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
 - Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
 - Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;



- Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001;
- Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural;
- Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
 - Definição da política de gestão de infraestruturas,
 - Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção;
 - Consolidação do conhecimento das infraestruturas;
 - Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas.
 - Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro;
- Assegurar um efetivo envolvimento da sociedade na implementação de medidas de proteção ambiental multissetoriais, nomeadamente as medidas necessárias para a resolução dos problemas dos efluentes agropecuários e agroindustriais,
- Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

Objetivos de gestão

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas e apresentadas anteriormente, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato. As orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas para o mandato de 2017 / 2020, para a Águas do Tejo Atlântico, foram apreciadas e aprovadas em Assembleia Geral de acionistas realizada em 4 de agosto de 2017, pelo que os gestores da AdTA irão pautar a sua atuação no respeito pelas principais linhas de orientação transmitidas pelo acionista, designadamente para que numa lógica de sustentabilidade económica, social e ambiental. Os objetivos de gestão aprovados são dez, vertidos em, cinco indicadores financeiros, um ambiental, três de eficiência e sustentabilidade e um de reporte. Anualmente é realizada a monitorização dos objetivos de gestão e do mandato, pelos acionistas, que constará do relatório de gestão e de prestação de contas anuais, estando vertido o grau de atingimento do mandato de 2017 no Relatório desse mesmo ano.

Os objetivos de gestão são os seguintes:

- Plano de redução de custos (limitar o aumento dos gastos operacionais face ao volume de negócios);
- Diminuição do endividamento bancário;

- Diminuir a dívida comercial vencida de devedores municipais;
- Não aumentar o PMR e o PMP (tesouraria de exploração);
- Rentabilidade (do capital investido);
- Qualidade da água residual;
- Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia (certificação de qualidade norma ISO 50.001);
- Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos (certificação de qualidade norma ISO 55.001);
- Indicador PEPE (Plano de Eficiência e de Produção de Energia);
- Cumprimento dos prazos de reporte.

2.3. CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A Administração da AdTA não tem celebrado qualquer contrato de gestão com o acionista e/ou o Estado.

A AdTA não tem celebrado qualquer contrato-programa com o Estado.

Relativamente ao contrato de prestação de serviço público e tendo por base o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, devem elaborar e apresentar ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais, exceto quando a relação jurídica administrativa seja titulada por Contrato de Concessão e nos mesmos se encontrem reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral.

Apesar da AdTA ser uma empresa pública, não lhe foi confiada qualquer prestação de serviço público ou serviço de interesse geral e não apresentou, ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade, qualquer proposta de contratualização da prestação desse serviço público ou de interesse geral.

2.4. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Com vista à prossecução dos objetivos estratégicos definidos nos vários domínios da atividade da Empresa, a AdTA virá a dispor de um conjunto de instrumentos de planeamento, execução e controlo, dos quais se destacam pela sua importância em termos económicos e financeiros:

- Plano Anual de Investimentos (PAI):

O PAI é elaborado anualmente para um horizonte temporal de três anos e consiste numa previsão de todos os investimentos que a empresa prevê realizar para esse período, tendo por base, fatores de sustentabilidade económica, de manutenção da qualidade dos efluentes e serviços prestados e de eficiência organizacional.

A realização de cada um dos projetos de investimentos é controlada rigorosamente, por meio do sistema SAP ERP, de tal modo que não é possível a assunção de compromissos financeiros que não estejam aprovados em sede de PAI e cumprindo escrupulosamente a delegação de competências em vigor na Empresa.

Qualquer investimento que se pretenda realizar não previsto no PAI carece de deliberação do Conselho de Administração (CA), independentemente do montante envolvido.

- Orçamento Anual:

O Orçamento é elaborado anualmente, de acordo com os princípios contabilísticos vigentes na Empresa, com a participação ativa de todos os responsáveis da Empresa, os quais ficam vinculados a justificação dos desvios supervenientes perante o CA.

- Controlo:

A avaliação da execução do PAI e do Orçamento Anual é feita mensalmente, sendo elaborados Relatórios de Controlo de Gestão que monitorizam um vasto conjunto de indicadores económico-financeiros e também operacionais.

A monitorização do cumprimento dos objetivos anuais é feita anualmente pelo acionista maioritário (Grupo AdP), constando a mesma dos Relatórios Anuais de prestação de contas, disponibilizados publicamente no site da Empresa.

- Relatórios de Acompanhamento:

Trimestralmente são produzidos relatórios fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento e que incluem o plano de investimento e as respetivas fontes de financiamento.



Refira-se ainda que a aquisição de bens e/ou serviços é monitorizada através de ferramentas de controlo integrantes do sistema de gestão da empresa (ERP) – SAP. Este sistema incorpora as delegações de competências e fluxos de autorização, em vigor na empresa, para efeitos de aprovação e autorização de despesas.

2.5. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2019

Tal como referido anteriormente, a Águas do Tejo Atlântico, foi constituída por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, através do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo o Contrato de Concessão sido assinado em 28 de abril de 2017. Utilizando uma prerrogativa prevista no referido diploma legal, até 30 de junho de 2017, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi gerida pela Empresa Portuguesa das Águas Livres, iniciando a sua atividade de forma independente em 1 de julho de 2017.

No ano de 2018 a empresa focou-se:

- Em potenciar o relacionamento institucional, promovendo a proximidade com as autarquias e com os meios de comunicação social, nomeadamente através do desenvolvimento de momentos e ações específicos;
- No planeamento e controlo das atividades de comunicação externa, na dinamização de uma campanha estruturada de comunicação multimeios, com especial incidência na especialização da gestão de canais digitais, através de uma plataforma de gestão multifins com capacidade de gerar dinâmicas de uso simples e flexível;
- Na consolidação dos meios de comunicação internos com os trabalhadores da Empresa, desenvolvidos como pontos de relacionamento, proximidade e de informação constante e fiável;
- Na criação de dinâmicas e motivação através da promoção de iniciativas internas tem sido foco estratégico de atuação, promovendo benefício para colaboradores e agregados familiares com vista à edificação de cultura empresarial;
- Na área de educação ambiental a Empresa tem procurado uma interação permanente com os Stakeholders, através de parcerias, visitas às infraestruturas operacionais da Tejo Atlântico, bem como, o desenvolvimento dos respetivos suportes de informação e de educação;
- Tem sido potenciado o relacionamento institucional e a representação empresarial externa, no sentido de gerar oportunidades de relacionamento e de negócio com vista ao reposicionamento da Tejo Atlântico no setor, suportado pela introdução do conceito “Fábricas de Água”;
- Na área jurídica tem sido aposta da Tejo Atlântico a consolidação de conhecimentos e práticas de contratação pública, face às alterações introduzidas pela revisão do Código dos Contratos Públicos operada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto;



- Foi encetado o processo de compra e venda de ações, que permitirá a estabilização da estrutura acionista da Empresa, o qual se espera concluir até 2019, tendo ocorrido em julho de 2018 a venda ao Município de Lisboa de ações próprias correspondentes a 3,47% do Capital Social no montante de 3 936 998,00 € correspondentes a 3 936 998 ações, pelo seu valor nominal;
- A operação da Tejo Atlântico teve particulares preocupações na reorganização das equipas e dos meios disponíveis, com enfoque na formação dos operadores e na difusão dos meios informáticos por toda a área da concessão;
- Em fomentar a colaboração junto das entidades gestoras das redes “em baixa” de forma a sensibilizar a necessidade de atuação na rede municipal para diminuir os episódios de descargas e de afluências indevidas com consequências na qualidade da água nos meios recetores e na fiabilidade das Fábricas de Água;
- Em potenciar a utilização da água reciclada por toda a concessão, com aposta na melhoria da qualidade e na parceria com outras entidades, promovendo a substituição da utilização de água potável e de furos nas instalações da Tejo Atlântico pela água reciclada com vista à autossuficiência em água;
- Na consolidação da reorganização funcional resultante da estrutura orgânica implementada em 2017;
- Na otimização dos recursos alocados à atividade e em dar seguimento à racionalização dos gastos com a operação e a manutenção sem por em causa a qualidade do serviço;
- Inventariação e etiquetagem dos ativos operacionais das infraestruturas do centro operacional de Mafra, centro operacional de Frielas, ETAR de Alcântara, ETAR de Beirolas, ETAR de Chelas, ETAR de São João da Talha, ETAR de Vila Franca de Xira e ETAR de Alverca;
- Na execução da prestação de serviços para elaboração do projeto e processo de concurso do sistema de telegestão da Águas do Tejo Atlântico, que englobará todas as instalações da empresa.

Em 2019 a Águas do Tejo Atlântico pretende prosseguir com as atividades já iniciadas em 2018, bem como apostar:

- Na recuperação e execução do investimento previsto no Contrato de Concessão;
- Na eficiência energética;
- Na excelência da relação com os Municípios;
- Na formação e melhoria contínua dos recursos humanos;
- Na garantia da qualidade, da continuidade e da eficiência dos serviços públicos de águas.

2.6. PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL

Enquadramento global

A garantia de uma estrutura de capitais adequada aos desafios e orientações constitui uma das maiores preocupações da AdTA, atendendo não só ao necessário, porém avultado Plano de Investimentos, mas também às regras e orientações presentes em cada exercício. Esta preocupação constitui um dos pressupostos de construção do EVEF (Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, Anexo III do Contrato de Concessão) da AdTA.

O Contrato de Concessão da AdTA estabelece um prazo de concessão de 30 anos (2017-2046). Para este horizonte temporal está previsto um investimento, a preços constantes de 2016, de 197,7 milhões de euros. Incorporado neste plano de investimentos está um valor de investimento de substituição/renovação/reabilitação de cerca de 89,1 milhões de euros.

Para além dos investimentos de substituição/renovação/reabilitação, o imobilizado da empresa (construção civil e equipamento operacional) estará sujeito a trabalhos de manutenção.

Investimento	31.12.2017 real	31.12.2018 real	31.12.2019 orçamento	31.12.2020 projeção	31.12.2021 projeção
Investimento do período (previsto no EVEF)	16 861 350	12 215 747	17 600 396	25 124 773	36 630 722
Investimento do período	3 187 081	9 169 513	34 372 465	45 221 148	39 976 811

Figura 7 - Investimento em Capital Fixo para o período 2019 - 2021

O volume de Investimento em infraestruturas previsto para 2019 é de 34,4 milhões de euros. No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos investimentos por grandes rubricas:

Investimento	31.12.2019 orçamento	31.12.2020 projeção	31.12.2021 projeção
Empreitas	20 476 349	38 534 920	34 548 006
Estudos e projetos	1 407 129	1 220 964	606 728
Terrenos	706 004	695 220	386 879
Fiscalizações	915 254	1 459 508	1 101 456
Assessorias	191 893	335 242	358 447
Outros	10 675 837	2 975 295	2 975 295
	34 372 465	45 221 148	39 976 811

Figura 8 – Detalhe do investimento para o período 2019 - 2021

Na rubrica “Outros” foram previstos os investimentos associados à capitalização de encargos e às aquisições diretas de equipamento básico associadas às atividades operacionais para substituição/renovação/reabilitação, no âmbito da obrigação de conservação e manutenção das infraestruturas da concessão. As aquisições de equipamento básico, atendendo à sua natureza, valor e características dos bens a adquirir, nomeadamente o prolongamento da vida útil dos equipamentos, foram classificadas com investimento em detrimento de serem previstas na rubrica de conservação e manutenção de Fornecimentos e serviços externos.

O planeamento de investimentos da Águas do Tejo Atlântico é revisto com periodicidade anual, sendo objeto de acompanhamento mensal no que respeita designadamente à execução física e financeira.

Os investimentos previstos anualmente têm em consideração como critérios de seleção e priorização as empreitadas previstas no Apêndice IV do Anexo I do Contrato de Concessão e as necessidades das áreas operacionais da Empresa, de forma a manter a qualidade e eficiência dos serviços de recolha e tratamento de águas residuais, promover a saúde pública, o bem-estar das populações e proteção do ambiente. Adicionalmente é também ponderado o resultado da avaliação de risco de cada investimento resultante da aplicação da Metodologia de Priorização de Investimentos das Águas de Portugal.

Os referidos investimentos têm como objetivo dar cumprimento à obrigação, expressa na cláusula 14.ª do Contrato de Concessão, de manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens e meios afetos à Concessão, efetuando a conservação, reparação, renovação, manutenção, adaptação e melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos, que se revelem necessários ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis.

Refere-se ainda a priorização do investimento novo de construção de ETAR, estações elevatórias e emissários/interceptores que têm por função a expansão do Sistema e o aumento da cobertura/população servida e, como tal, a melhoria significativa da qualidade da água dos meios recetores nas áreas envolventes, a par com os benefícios sociais, económicos e de saúde pública.

A Águas do Tejo Atlântico tem ainda em consideração os objetivos e estratégias definidas para o setor numa perspetiva económica, social e ambiental. Neste contexto, salientam-se investimentos que têm em vista uma maior eficiência energética que resulte na redução dos consumos de energia, com consequentes impactos positivos no ambiente, nomeadamente ao nível da redução das emissões de CO₂, enquadrados no âmbito do Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) das Águas de Portugal.

Numa perspetiva de sustentabilidade e mudança do paradigma de conversão das ETAR para Fábricas de Água destaca-se a priorização dos investimentos em Secagem Solar de Lamas e Cogeração.

Salienta-se também as melhorias associadas ao controlo, automação e supervisão do funcionamento Sistema, por via de investimento em Telegestão – Automação que visa um aumento da eficácia e conhecimento do Sistema.

Atendendo ao atual panorama de alterações climáticas e eventos extremos de seca e precipitação estão também previstos investimentos de controlo de caudais pluviais.

Alinhada com a política nacional de gestão dos recursos hídricos a Águas do Tejo Atlântico tem como um dos seus objetivos o incentivo e promoção da prática de reutilização das águas residuais tratadas nas suas infraestruturas e ao nível da higiene urbana das cidades e espaços verdes na sua área de concessão.

Sempre que seja viável uma alternativa técnica e economicamente equiparável, a Águas do Tejo Atlântico pretende dotar as suas ETAR com sistemas de tratamento complementares para a reciclagem de águas residuais tratadas, com uma qualidade e condições de segurança para os trabalhadores e utilizadores, compatíveis com a sua reutilização nos diversos usos. Salientam-se em particular os investimentos que serão

realizados em 2019-2020 relativo à implementação de “Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolas e de Alcântara”.

Do investimento previsto para o triénio 2019-2021, a quase totalidade encontra-se previsto no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Águas do Tejo Atlântico (EVEF), tendo em vista garantir a sustentabilidade económica e financeira da Concessão. Os investimentos que não estão previstos no EVEF serão objeto de autorização prévia da Entidade Reguladora e do Concedente.

Salienta-se que no referido triénio será feito um esforço na recuperação do investimento que não foi possível realizar no ano de 2017, conforme a previsão que consta do EVEF.

Conforme indicado no quadro (figura 13) relativo ao Investimento e financiamento previsional parte dos investimentos da Águas do Tejo Atlântico vão ser realizados recorrendo a empréstimo ao Banco Europeu de Investimento (BEI), mediante candidatura aprovada de cerca de 90 milhões de euros, cuja taxa de financiamento é de 50%.

Os projetos de investimento são instruídos de acordo com o Decreto-Lei n.º 277/2009 de 2 de outubro e aprovados nos termos e condições definidos no Contrato de Concessão e no Decreto-Lei n.º 34/2017 de 24 de março. Os projetos de investimento são aprovados/autorizados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), Ministério do Ambiente e da Transição Energética (MATE) e pelos Municípios territorialmente competentes.

De referir ainda que a Águas do Tejo Atlântico é ambiental e economicamente regulada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e ERSAR respetivamente.

Investimento Previsional

O volume de Investimento em infraestruturas previsto para 2019 é de 34,4 milhões de euros, apresenta-se no quadro seguinte os valores globais para as grandes rúbricas, a par com a projeção para 2020 e 2021.

Investimento	31.12.2017 real	31.12.2018 real	31.12.2019 orçamento	31.12.2020 projeção	31.12.2021 projeção
Empreitas	1 411 914	6 975 210	20 476 349	38 534 920	34 548 006
Estudos e projetos	62 105	369 404	1 407 129	1 220 964	606 728
Terrenos	31 282	26 363	706 004	695 220	386 879
Fiscalizações	88 128	190 942	915 254	1 459 508	1 101 456
Assessorias	33 572	78 092	191 893	335 242	358 447
Outros	1 560 080	1 529 502	10 675 837	2 975 295	2 975 295
	3 187 081	9 169 513	34 372 465	45 221 148	39 976 811

Figura 9 – Detalhe do investimento para o período 2017 - 2021

Na rúbrica “Outros” foram previstos os investimentos associados à capitalização de encargos e às aquisições diretas de equipamento básico associadas às atividades operacionais para substituição/renovação/reabilitação, no âmbito da obrigação de conservação e manutenção das infraestruturas da concessão. As aquisições de equipamento básico, atendendo à sua natureza, valor e características dos bens a adquirir, nomeadamente o prolongamento da vida útil dos equipamentos, foram classificadas com investimento em detrimento de serem previstas na rúbrica de conservação e manutenção de fornecimentos e serviços externos.

Apresenta-se no quadro seguinte a descrição sumária da composição da rubrica de Outros (investimentos), para o ano de 2019:

Investimento	31.12.2019 orçamento
Investimento associado a projetos de manutenção	7 048 609
Investimento associado a projetos de investigação e desenvolvimento	1 745 000
Capitalização de gastos	975 295
Outros	906 933
	10 675 837

Figura 10 – Detalhe da rubrica “Outros” para o período 2019

Investimento previsional detalhado

Nos quadros seguintes será exposta a informação de investimento previsional detalhada, tendo-se optado por pormenorizar apenas a componente de “empreitadas”, por ser aquela que representa valores de execução financeira mais significativos.

No quadro seguinte apresentam-se os valores do investimento previsional. Atendendo à quantidade total de projetos, muitos destes de pequeno montante, optou-se por individualizar os projetos de investimento com maior valor de execução no triénio 2019-2021 e cuja execução financeira global representa 80% do valor previsto para o referido período.

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Valor realizado acumulado (m€)	Realização até Dez 2018 (m€)	Realização no triénio (m€)			Realização após 2021	Valor global previsto (m€)
					2019	2020	2021		
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-pollução	2019			284	3 413	3 413	1 991	9 100
TA-106	Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	2018		594	2 375	2 375			5 344
TA-219	Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas - Fase 1	2019			988	2 370	593		3 950
TA-185	Secagem solar de lamas-Fase I	2019			304	1 826	1 370		3 500
TA-156	ETAR Frietas - Afinação	2020				619	2 475	1 856	4 950
TA-220	Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha	2019			549	1 647	824		3 020
TA-024	Remodelação da ETAR de Silveira	2019			441	1 765	294		2 500
TA-086	Reabilitação do emissário de Barcarena no troço entre a travessia do IC19 e o Interceptor (cx BA1790.00 a BA2880.00)	2020				556	1 668	973	3 197
TA-224	Remodelação de Interceptores/Conduitas e Obras para Controlo de Afluências Indevidas	2019			170	1 021	1 021	1 787	4 000
TA-124	Telegestão - Fase I e Fase II	2019			379	1 137	663		2 180
TA-217	Trabalhos Associados ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) - fase 2	2019			1 313	788			2 100
TA-173	Construção da estação elevatória do efluente final da ETAR de Frietas - Ligação Ribeira da Póvoa	2020				333	1 667		2 000
TA-176 A	Reparação de Construção Civil em Infraestruturas Existentes	2019			621	745	434		1 800
TA-108	Emissário Quinta das Pretas - Fase II e Fase III	2018			826	826	138		1 790
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções	2020				316	1 265	949	2 530
TA-165	Caneiro de Alcântara - Amadora-Obra 3-restantes intervenções	2021					1 554	518	2 072
TA-153	Colectores da margem direita do Caneiro de Alcântara-restantes intervenções	2021					1 510	4 530	6 040
TA-176 B	Substituição e Beneficiários em Equipamentos em ETAR e EE na Área de Concessão	2020				717	783		1 500
TA-140	Caneiro de Alcântara fase II-Obra D	2021					1 473	1 310	2 783
TA-089	Reabilitação do emissário de Barcarena no troço entre o Interceptor e a Estação Elevatória de Barcarena (cx BA2880.00 a BA3820.00)	2020				342	1 025	598	1 964
TA-167	Emissário do Calhandriz	2020				1 100	100		1 200
TA-025	Remodelação da ETAR de Armada dos Vinhos	2019			450	750			1 200
TA-147	Beneficiação e ampliação dos subsistemas de A-da-Pêra e Barril	2019			388	712			1 100
TA-177	Beneficiários nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara-Fase II	2020					1 100		1 100
TA-109	Emissários gravíticos e sistemas elevatórios do subsistema da Ericeira-Fase II	2018		112	671	335			1 118
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalho	2019			316	632	53		1 000
TA-164	Reabilitação de órgãos e equipamentos da ETAR de Beirolas	2020				142	850		992
TA-082	Reabilitação de cx de visita do Interceptor	2020				261	695		956
TA-099	Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas-Fase 1	2019			407	543			950
TA-178	Intervenções na zona ribeirinha Algés - Alcântara-Fase I	2021					945	86	1 031
TA-225	Remodelação da ETAR da Ericeira	2019				844	70		914
TA-151	Interceptor Calçada de Camiche	2020				220	660		880
TA-031	Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Perra Seca	2019			656	219			875
TA-154	Colectores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara -restantes intervenções	2021					861	2 582	3 443
TA-019	Interceptor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO 2	2021					830		830
TA-223	Remodelação da ETAR da Maceira - Fase II	2019			221	589			810
TA-200	Fornecimento e Montagem de Tamsadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas	2018		202	808				1 010
TA-125	Beneficiação do sistema de desinfeção por UV da ETAR de Alcântara-Linha B	2019			436	364			800
TA-117	Emissário de Mortemor	2019				638	160		798
TA-215	Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolas	2019			469	281			750
TA-166 A	Construção dos Emissários Gravíticos do Subsistema do Carvalho	2018		242	725				967
TA-221	Reabilitação dos Sistemas de UV das ETAR Póvoa da Galega, Mafra, Ericeira, Papo e Miragaia	2019			191	509			700
TA-218	Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Alcântara	2019			88	613			700
TA-157	Controlo Caudais Pluviais - Beirolas Fase II	2020				110	550		660
TA-189	Reparações de Tanques e Poços em várias ETAR e EE	2019			323	323			645
TA-098 A	Beneficiários da ETAR da Ericeira, Execução da EE Pedra do Ouro II e Arranjos Exteriores da ETAR da Atouguia da Baleia e EE de Santa Cruz III	2019			344	286			630
TA-085	Reabilitação do emissário de Barcarena no troço situado a montante do jardim do Cacém	2020				146	439	256	841
-	Restantes Investimentos	-	7 042	11 395	5 734	8 124	5 067	10 239	40 559
Total (m€)			7 042	11 395	5 734	8 124	5 067	10 239	40 559

Figura 11 – Investimento – componente empreitadas – período 2019 - 2021

Salienta-se que os restantes Investimentos mencionados no quadro acima representam um conjunto de projetos de investimento com execução financeira menos significativa no triénio 2019-2021.

No quadro seguinte apresenta-se o investimento e financiamento previsional para o ano de 2019. São descritos com detalhe os investimentos com maior execução financeira durante o ano de 2019 e o conjunto dos quais representa cerca de 80% do investimento em questão.

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto (m€)	Realização (m€)	Fontes de financiamento			Investimento Relevante ⁽¹⁾ sim/não	Previsto no EVEF aprovado				
				2019	Fundos Comunit. Programa (%)	Auto-financiam. (%)		Endividamento (%)	sim/não	Se não: diligências para aprovação?		
TA-106	Beneficiação da ETAR de Beirólas - Fase I	5 344	2 375				50%	Incluído no PAO 2018	Sim			
TA-217	Trabalhos Associados ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) - fase 2	2 100	1 313	FEE - PHAEE	30%	70%			Não	Sim		
TA-219	Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas - Fase 1	3 950	988				50%		50%	Não	Sim	
TA-108	Emissário Quinta das Pretas - Fase II e Fase III	1 790	826				50%		50%	Não	Sim	
TA-200	Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subistemas de Alcântara, Chelas e Beirólas	1 010	808				100%			Não	Sim	
TA-166 A	Construção dos Emissários Graviticos do Subistema do Carvalho	967	725				50%		50%	Não	Sim	
TA-109	Emissários graviticos e sistemas elevatórios do subistema da Ericeira-Fase II	1 118	671				50%		50%	Não	Sim	
TA-031	Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca	875	656				50%		50%	Não	Sim	
TA-176 A	Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes	1 800	621				50%		50%	Não	Sim	
TA-220	Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha	3 020	549				50%		50%	Não	Sim	
TA-078	Reabilitação do emissário de Caparide, na zona de Sintra (cx CP 0010.00 e CP1630.00)	1 516	493				50%		50%	Não	Sim	
TA-215	Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirólas	750	469				100%			Não	Não	Em fase de aprovação ERSAR/M AOTDR
TA-025	Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	1 200	450				50%		50%	Não	Sim	
TA-174	Fornecimento e montagem de Parafusos de Arquimedes na elevação inicial da ETAR de Beirólas	450	450				50%		50%	Não	Sim	
TA-024	Remodelação da ETAR de Santa Cruz/Silveira	2 500	441				50%		50%	Não	Sim	
TA-125	Beneficiação do sistema de desinfecção por UV da ETAR de Alcântara-Linha B	800	436				50%		50%	Não	Sim	
TA-099	Reabilitação de Descarregadores dos Subistemas de Alcântara e Chelas- Fase 1	950	407				50%		50%	Não	Sim	
TA-147	Beneficiação e ampliação dos subistemas de A-da-Pêra e Barril	1 100	388				50%		50%	Não	Sim	
TA-100	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	2 537	386				50%		50%	Não	Sim	
TA-124	Telegestão - Fase I e Fase II	2 180	379				50%		50%	Não	Sim	
TA-098 A	Benefeções da ETAR da Ericeira, Execução da EE Pedra do Ouro II e Arranjos Exteriores da ETAR da Atouguia da Baleia e EE de Santa Cruz III	630	344				50%		50%	Não	Sim	
TA-189	Reparações de Tanques e Poços em várias ETAR e EE	645	323				100%			Não	Sim	
TA-176 A2	Reparações Gerais no Subistema de Alcântara	320	320				50%		50%	Não	Sim	
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalho	1 000	316				50%		50%	Não	Sim	
TA-185	Secagem solar de lamas-Fase I	3 500	304				100%			Não	Sim	
TA-214	Reparações de Construção Civil nos Múltiplos da ETAR de Alcântara (obra abrangida garantia)	300	300				100%			Não	Sim	
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfca- Fase I e Fase II - Bacia de Anti-polluição	9 100	284				50%		50%	Sim	Sim	
TA-211	Substituição e Benefeções em Equipamentos na área de Concessão	557	253				100%			Não	Sim	
TA-026	Construção do SE Ribeira	250	250				50%		50%	Não	Sim	
-	Restantes Investimentos (cerca de 32 empreitadas)	12 380	3 952	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (m€)		64 639	20 476									

Figura 12 – Investimento e financiamento previsional – componente empreitadas – ano 2019

Os seguintes investimentos previstos no EVEF pelo facto de terem sofrido alterações ao nível do grau de complexidade das intervenções a realizar vão ser objeto de autorização/parecer por parte do ERSAR e do MATE:

- TA-219 - Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas - Fase I
- TA-220 - Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha
- TA-024 - Remodelação da ETAR de Santa Cruz /Silveira
- TA-166 B - Construção da ETAR do Carvalho

Investimento associado ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE)

A comparticipação de 30% (FEE – PNAAE) do investimento associado ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) – fase 2, representa um financiamento de cerca de 200 mil euros.

Novos investimentos com expressão material (igual ou superior a 10 MEur ou a 10% do orçamento – 7,4 MEur)

Apresenta-se no quadro seguinte o cálculo da expressão material do investimento.

Investimento (artigo 159º DLEO 2019)	31.12.2019 orçamento
Investimento	34 372 465
CMVMC	2 819 539
FSE	24 748 787
Gastos com pessoal	11 298 745
Outros gastos operacionais	691 325
	73 930 861
10% do valor	7 393 086

Figura 13 – Cálculo da expressão material do investimento

À luz do n.º 2 do art.º 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa para qualquer ano seja igual ou superior a 10 000 000,00 € ou a 10% do orçamento anual da empresa.

Atendendo à definição acima referida e ao cálculo da expressão material do investimento não se identifica nenhum investimento previsto que cumpra este critério.

Nos anexos I, II e III apresentam-se as fichas descritivas de investimento, bem como a ficha de seleção de investimentos plurianuais.

Principais lançamentos de concursos de Empreitadas previstos realizar em 2019

Salienta-se ainda os principais lançamentos de concursos de Empreitadas previstas realizar em 2019 mas que já não terão execução financeira previsional em 2019:

- TA-156 - ETAR Frielas – Afinação;
- TA-086/TA-085/TA-089 - Reabilitação do emissário de Barcarena;
- TA-155 - Intercetores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções;
- TA-176 B - Substituição e Benfeitorias em Equipamentos em ETAR e EE na Área de Concessão;
- TA-167 - Emissário do Calhandriz;
- TA-225 - Remodelação da ETAR da Ericeira;

- TA-117 - Emissário de Montemor;
- TA-218 - Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Alcântara;
- TA-041 - Construção do Sistema de Rejeição Pedra de Ouro/Vale Paredes;

Informação adicional sobre o processo de investimento

O Contrato de Concessão do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste assinado entre Estado Português e a Águas do Tejo Atlântico S.A. no dia 28 abril de 2017, estabelece a obrigação à concessionária Águas do Tejo Atlântico de manutenção dos bens e meios afetos à concessão, na cláusula 14.^a do referido documento, nomeadamente, “...a concessionária obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, a expensas suas, os bens e meios afetos à concessão durante o prazo da sua vigência, efetuando para tanto a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e as melhorias revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público, e de acordo com as exigências técnicas e os parâmetros sanitários exigíveis...”.

Atualmente, parte significativa das infraestruturas operacionais da Águas do Tejo Atlântico já atingiram o horizonte de vida útil técnica e consequentemente apresentam um significativo grau de deterioração no que respeita à componente de equipamentos, instalações elétricas e de construção civil, pelo que é indispensável a realização do investimento de reabilitação/substituição/renovação, tendo em vista a correção de situações já identificadas e a melhoria das condições de desempenho, operacionalidade e resiliência dos órgãos e equipamentos existentes, de forma a dar cumprimento ao exposto, na referida cláusula 14.^a do Contrato de Concessão.

As restrições e contenções impostas pelo Governo desde 2011, através dos Orçamentos de Estado penalizadores no que respeita a custos e investimentos, tiveram consequências negativas para a condição das infraestruturas e equipamentos da Águas do Tejo Atlântico, por si só agravada pelas condições agressivas dos sistemas de saneamento, muitos deles com características unitárias (pedras, areias, entre outros) e sujeitos à degradação provocada pelos teores de sulfídrico. Constata-se ainda aumentos da entrada de água salina na rede de saneamento em “alta” das zonas costeiras que também contribuíram para a degradação significativa das infraestruturas ao nível da componente de construção civil e equipamentos. Por estes motivos verifica-se uma deterioração acelerada das infraestruturas, situação cada vez mais complexa de resolver.

Desde 2017 a Águas do Tejo Atlântico tem vindo a realizar o levantamento detalhado das reais necessidades de investimento de substituição/renovação/reabilitação das infraestruturas existentes, nomeadamente as atuais 103 ETAR, 268 estações elevatórias e 1200 km de intercetores/emissários e condutas elevatórias em funcionamento. O referido levantamento está a ser desenvolvido de forma consistente e atendendo ao número de infraestruturas concessionadas e à extensão da rede não será expectável a sua conclusão no curto prazo, constituindo este um processo da estratégia de gestão de ativos da Empresa.

É expectável, por isso, que o valor de investimento de reabilitação/substituição necessário seja superior ao previsto no Contrato de Concessão, tendo-se verificado esta situação em investimentos já lançados ou em fase de preparação de lançamento de concurso (elaboração ou revisão do projeto execução/estudo preliminar).

Adicionalmente, constata-se o incremento generalizado e significativo dos preços de mercado no setor da construção (superior a 30%), especialmente no que respeita à mão de obra e materiais, a par com a escassez de meios técnicos/empregados disponíveis para a execução dos investimentos.

Estas situações contribuíram para a ocorrência de 8 procedimentos de contratação pública sem apresentação de propostas no ano de 2018, que representavam um valor global de cerca de 2,2 milhões de euros.

Estes constrangimentos obrigaram a Empresa a rever as estimativas orçamentais dos projetos de execução já elaborados e a redefinir os preços base dos procedimentos, de modo a garantir a participação do mercado e o cumprimento dos prazos previstos para a consignação das empreitadas, resultando em incrementos, nalguns casos significativos, dos valores de investimento previstos no Contrato de Concessão.

Atendendo à situação descrita o incremento nos valores de investimento realizado/a realizar em relação ao previsto no EVEF no período 2017-2021 deve-se essencialmente aos reforços necessários para a realização dos investimentos previstos no Contrato de Concessão, a par com a necessidade e premência da realização de investimento de reabilitação/renovação/substituição em infraestruturas existentes.

Esta situação é ainda mais expressiva quando se contabilizam também os investimentos acessórios necessários, fundamentais à boa execução das empreitadas, como é o caso de Estudos/Projetos, Fiscalizações, Assessorias (arqueologia, topografia, prospeção geológica-geotécnica) e Terrenos (servidões e expropriação), que no triénio 2019-2021 representam um valor estimado anual de cerca de 3 milhões de euros e desta forma contribuem também significativamente para o incremento global expectável do investimento para o primeiro quinquénio de atividade 2017-2021.

Apresenta-se no Quadro A o detalhe dos investimentos “Componente Empreitadas” mais significativos no PAO 2019 com os valores previstos para os mesmos no PAO2018, para possibilitar a comparação dos valores previsionais.



Quadro A – Detalhe dos Investimentos “Componente Empreitadas” mais significativos no PAO 2019 com os valores previstos no PAO2018

Código	Descrição do investimento	Ano de início PAO 2018	Realização no triénio (m€)			Valor global previsto (m€) PAO 2018	Observações
			2018 Orçamento PAO2018	2019 PROJEÇÃO PAO2018	2020 PROJEÇÃO PAO2018		
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfica-Fase II-Bacia de Antipoluição	2021				7 300	Nb PAO 2019 este investimento integra também a TA-141
TA-106	Beneficiação da ETAR de Beiróas - Fase I	2018	522	3 130	2 348	6 000	Nb PAO 2019 este investimento foi já objeto de adjudicação, daí a diferença no valor global previsto.
TA-219	Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas - Fase I						Nb PAO 2019 esta empreitada integra os investimentos: TA-136; TA-132; Parte de TA-152, TA-162; Parte de TA-103; TA-133; TA-131; TA-129; TA-139; Parte de TA-134; Parte de TA-204; Parte de TA-217)
TA-185	Secagem solar de lamas-Fase I	2019		843	1 687	2 530	
TA-156	ETAR Frietas - Afinação	2019		495	1 980	4 950	
TA-220	Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha						Nb PAO19 esta empreitada integra os investimentos: TA-142; TA-143; TA-128; Parte de TA-204)
TA-024	Remodelação da ETAR de Santa Cruz/ Silveira						Nb PAC2018 o presente investimento estava integrado na TA-025.
TA-086	Reabilitação do emissário de Barcarena no troço entre a travessia do IC19 e o Interceptor (cx BA1790.00 a BA2880.00)	2020			1 599	3 197	
TA-224	Remodelação de Interceptores/Condutores e Obras para Controlo de Afúncias Indevidas						Este investimento de reabilitação/substituição não estava previsto no PAC2018.
TA-124	Telegestão-Fase II	2019			798	1 529	Esta empreitada no PAC2019 integra também os seguintes investimentos: TA-111, TA-112, TA-116, TA-033, TA-115, TA-114 previstos no PAC2018.
TA-217	Trabalhos Associados ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) - fase 2	2018	618	1 482		2 100	Parte do Investimento previsto na TA-217 foi integrado na TA-219 (500.000 euros).
TA-173	Construção da estação elevatória do efluente final da ETAR de Frietas - Ligação Ribeira da Póvoa	2020			333	2 000	
TA-176 A	Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes	2018	286	686	686	2 000	
TA-108	Emissário Quinta das Pretas - Fase III	2020			867	1 040	Nb PAO 2019 este investimento integra também a TA-107.
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restaurantes intervenções	2020			633	2 530	
TA-165	Caneiro de Alcântara -Amadora-Obra 3-restaurantes intervenções	2020			863	2 072	
TA-153	Colectores da margem direita do Caneiro de Alcântara-restaurantes intervenções	2019			3 020	6 040	
TA-176 B	Reparações em ETAR e EE decorrentes da auditoria	2020				2 555	Nb PAC2019 parte deste investimento foi subdividido nas TA-176 B e TA-176 C.
TA-140	Caneiro de Alcântara fase II-Obra D	2020			819	2 783	
TA-089	Reabilitação do emissário de Barcarena no troço entre o Interceptor e a Estação Elevatória de Barcarena (cx BA2880.00 a BA3820.00)	2021				1 964	
TA-167	Emissário do Calhandriz	2020			500	1 200	
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação das ETAR de Arruda dos Vinhos, Silveira e Fervença	2018	385	690	402	1 477	Nb PAO 2019 este investimento foi separado em três empreitadas conforme previsto inicialmente no Contrato de Concessão, TA-023 (ETAR Fervença), TA-024 (ETAR Santa Cruz/Silveira) e TA-025 (ETAR Arruda dos Vinhos)
TA-147	Beneficiação e ampliação dos subsistemas de A-da-Pêra e Barril	2019		490	409	899	
TA-177	Beneficiarias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara-Fase II	2020				1 100	
TA-109	Emissários gravíticos e sistemas elevatórios do subsistema da Encieira-Fase II	2018	462	693		1 155	
TA-166 B	ETAR do subsistema do Carvalhal	2019		277	76	353	Nb PAO 2019 o investimento TA-166 foi subdividido em TA-166 A (sistema de drenagem) e TA-166 B (ETAR do Carvalhal)
TA-164	Reabilitação de órgãos e equipamentos da ETAR de Beiróas	2020			709	992	
TA-082	Reabilitação de cx de visita do Interceptor	2019		261	695	956	
TA-099	Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas- Fase I	2018	291	349		640	Como o primeiro procedimento de empreitada em 2018 não recebeu propostas foi necessário no PAO 2019 aumentar o preço base do concurso incluindo parte (310.000 euros) do investimento previsto na TA-161 - Adaptação dos interceptores e emissários do subsistema de Chelas aos sistemas unitários-Fase II
TA-178	Intervenções na zona ribeirinha Alzês - Alcântara-Fase I	2021				1 031	
TA-225	Remodelação da ETAR da Encieira						Nb PAO2019 a presente empreitada integra também a TA-171.
TA-151	Interceptor Caçada de Carriche	2020			220	880	
TA-031	Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca	2019		297	247	544	Nb PAO 2019 a presente empreitada integra o investimento TA-031 (Sistema Saneamento Paço (III Fase), TA-030, TA-029
TA-154	Colectores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara -restaurantes intervenções	2019			1 721	3 443	
TA-019	Interceptor e estações elevatórias Largo Chafaniz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO 2	2018	830			830	

Código	Descrição do investimento	Ano de início PAO 2018	Realização no término (m€)			Valor global previsto (m€) PAO 2018	Observações
			2018 Orçamento PAO2018	2019 PROJEÇÃO PAO2018	2020 PROJEÇÃO PAO2018		
TA-223	Remodelação da ETAR da Maceira - Fase II						Este investimento de reabilitação/substituição não estava previsto no PAO2018
TA-200	Fermeamento e Montagem de Tanques para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirós	2018	605	505		1 110	
TA-125	Beneficiação do sistema de desinfecção por UV da ETAR de Alcântara-Linha B	2019		453	227	680	
TA-117	Emissário de Montemor	2019		465	332	798	
TA-215	Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirós						Este investimento não estava previsto no PAO2018
TA-166 A	Emissários graviticos do subsistema da Carvalhal	2019		760	207	967	Nb PAO 2019 o investimento TA-166 foi subdividido em TA-166 A (sistema de drenagem) e TA-166 B (ETAR do Carvalhal)
TA-221	Reabilitação dos Sistemas de UV das ETAR Póvoa da Galega, Mafra, Encerra, Paço e Miragaia						Este investimento de reabilitação/substituição não estava previsto no PAO2018.
TA-218	Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Alcântara						Este investimento não estava previsto no PAO2018
TA-157	Controlo Caudais Pluviais - Beirós Fase II	2020			550	660	
TA-189	Reparações de Tanques em várias ETAR	2018	40	200		240	Nb PAO 2019 este investimento integra também a TA-190 e parte da TA-204
TA-098 A	Beneficiárias da ETAR da Encerra. Execução da EE Pedra do Ouro II e Arranjos Exteriores da ETAR da Atraguia da Baleia e EE de Santa Cruz III	2018	325			325	Como o primeiro procedimento de empreitada em 2018 não recebeu propostas foi necessário no PAO 2019 aumentar o preço base do concurso.
TA-085	Reabilitação do emissário de Barcarena no troço situado a montante do jardim do Cacém	2020			841	841	
TA-141	Alcântara - ligação a Amadora / Benefic-Fase I-Bacia de Antipoluição	2021				1 800	Nb PAO 2019 este investimento foi integrado na TA-182
TA-136	Beneficiação do sistema de desinfecção por UV da ETAR de Chelas	2019		245		245	
TA-114	Beneficiação dos sistemas de automação de pequenas ETAR do CO de Mafra	2018	72	18		90	Nb PAO 2019 foi integrada na TA-124
TA-132	Beneficiação/Reparação de construção civil na ETAR de Chelas	2019		230		230	
TA-142	Beneficiação/Reparação de construção civil na ETAR de S João da Talha	2019		240		240	Nb PAO 2019 este investimento foi integrado na TA-220
TA-030	Construção - EE Pena Seia	2018	6	65		71	Nb PAO 2019 este investimento está integrado na TA-031
TA-029	Construção - EE Reguengo Pequeno	2018	6	65		71	Nb PAO 2019 este investimento está integrado na TA-031
TA-107	Emissário Quinta das Prebas - Fase II	2018	500	250		750	Nb PAO 2019 foi integrada na TA-108
TA-217 A	Trabalhos Associados ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) - fase 2 - ETAR de Chelas - Otimização da Produção de Energia Elétrica	2018	147	353		500	Nb PAO 2019 este investimento (parte da TA-217) foi integrado TA-219.
TA-111	Instalação de cabo de fibra ótica entre EE da Verdinha e a EE da lousa e conversão das comunicações das EE de VFX	2018	16	4		20	Nb PAO 2019 foi integrada na TA-124
TA-112	Integração da supervisão do subsistema da Foz do Lizandro na supervisão de Mafra	2018	30			30	Nb PAO 2019 foi integrada na TA-124
TA-152	Intervenções em circuitos de biogás nas ETAR de Chelas Friebas e Vila Franca de Xira	2019		12	69	81	Nb PAO 2019 este investimento na parte que respeita à ETAR de Chelas foi integrado na TA-219.
TA-162	Reabilitação de equipamento mecânico e eletromecânico na ETAR de Chelas	2019		160		160	Nb PAO 2019 este investimento foi integrado na TA-219
TA-103 B	Reabilitação dos filtros de areia da ETAR de Chelas- 1 filtro	2018	3	31		34	Nb PAO 2019 este investimento foi integrado na TA-219, em que a parte integrada respeita apenas à habilitação de um dos filtros
TA-133	Reabilitação dos filtros de areia da ETAR de Chelas-2 filtros	2018	17	183		200	Nb PAO 2019 este investimento foi integrado na TA-219
TA-171	Recuperação da digestão anaeróbia da ETAR da Encerra	2020			237	414	Este investimento foi integrado no PAO 2019 na TA-225
TA-143	Remodelação do sistema de arejamento da ETAR de S João da Talha	2019		600		600	Nb PAO 2019 este investimento foi integrado na TA-220
TA-131	Reparação de circuito de lamas da ETAR de Chelas	2019		60		60	Nb PAO 2019 este investimento foi integrado na TA-219
TA-128	Reparação de cobertura metálica no desarenamento e equalização da ETAR de S João da Talha	2018		113		113	Nb PAO 2019 este investimento foi integrado na TA-220
TA-129	Reparação de coberturas metálicas na ETAR de Chelas	2019		52		52	Nb PAO 2019 este investimento foi integrado na TA-219
TA-190	Reparações de Poços em várias Estações Elevatórias	2018	40	200		240	Nb PAO 2019 este investimento foi integrado na TA-189
TA-116	Sistema de telegestão para as ETAR e EE do Centro Operacional de Mafra Centro Operacional de Mafra	2019		60	105	165	Nb PAO 2019 foi integrada na TA-124
TA-130	Substituição das coberturas dos edifícios dos desarenadores e decantadores primários da ETAR de Chelas	2019		160		160	Nb PAO 2019 este investimento foi integrado na TA-219
TA-134	Substituição de gasómetros das ETAR de Chelas e Beirós	2019		60		60	Nb PAO 2019 este investimento foi integrado na parte que respeita à ETAR de Chelas na TA-219
TA-204	Substituição e Beneficiárias nos Floculadores e Espessadores da ETAR de Beirós	2018	37	128		165	Nb PAO 2019 este investimento foi subdividido tendo sido esta parte integrada na TA-189
TA-204	Substituição e Beneficiárias nos Floculadores e Espessadores da ETAR de Chelas	2018	37	128		165	Nb PAO 2019 este investimento foi subdividido tendo sido esta parte integrada na TA-219
TA-204	Substituição e Beneficiárias nos Floculadores e Espessadores da ETAR de S João da Talha	2018	37	128		165	Nb PAO 2019 este investimento foi subdividido tendo sido esta parte integrada na TA-220
TA-033	Telegestão, instrumentação e automação de infraestruturas (Zona Norte)	2018	45	60		105	Nb PAO 2019 foi integrada na TA-124
TA-115	Telegestão-Fase I	2018	42	125	73	240	Nb PAO 2019 foi integrada na TA-124




Notas Justificativas sobre os Incrementos Previsionais no Investimento no Primeiro Quinquénio de Atividade

Apresenta-se no Quadro B a síntese dos principais investimentos que contribuem para os incrementos dos valores de investimento previsionais no primeiro quinquénio de atividade.

Quadro B - Principais Investimentos que Contribuem para os Incrementos dos Valores de Investimento Previsionais no Primeiro Quinquénio de Atividade

Código	Descrição Inicializada	Valor Investimento Global Previsto no Contrato de Concessão (m€)	Valor Investimento Global Previsto no PAO 18 (m€)	Valor Investimento Global Previsto no PAO 19 (m€)	Diferença entre os valores de Investimento Global Previstos no Contrato de Concessão e no PAO 18 (m€)	Diferença entre os valores de Investimento Global Previstos no Contrato de Concessão e no PAO 19 (m€)	Diferença entre os valores de Investimento Global Previstos no PAO 19 e PAO 18 (m€)	Observações
TA-023	Remodelação da ETAR de Foz de Arelia	200	200	450		250	250	Reforço do valor de investimento previsto no Contrato de Concessão
TA-024	Remodelação da ETAR Santa Cruz Silveira	270	270	2.500		2.230	2.230	Reforço do valor de investimento previsto no Contrato de Concessão
TA-025	Remodelação da ETAR de Anadia dos Vinhos	1.007	1.007	1.200		193	193	Reforço do valor de investimento previsto no Contrato de Concessão
TA-026	Construção do SE Ribulidreira	100	100	250		150	150	Reforço do valor de investimento previsto no Contrato de Concessão
TA-034	Interceptor de Casais de Boças	100	200	246	100	146	46	Reforço do valor de investimento previsto no Contrato de Concessão
TA-098 A e TA-098 B	Beneficiárias da ETAR da Ericice. Execução da EE Pedra do Queim II e Anaque II adjacentes da I.IAR da Atougada da Ilheira e EE de Santa Cruz III	393	393	630		237	237	Reforço do valor de investimento previsto no Contrato de Concessão. O primeiro procedimento lançado com o preço base de 450.000 euros não recebeu propostas, por isso foi necessário rever o preço base do concurso
TA-110	Construção de bypass ao poço de grossos da CE da EE3 - Alcantara	100	100	405		305	305	Reforço do valor de investimento previsto no Contrato de Concessão
TA-166 A e B	Construção dos Emissões Gráficos e ETAR do sub-sistema do Carvalhal	1.320	1.320	1.967		647	647	Reforço do valor de investimento previsto no Contrato de Concessão
TA-174	Fornecimento e montagem de Farolitos de Arquimedes na elevação inicial da ETAR de Beiroles	235	235	450		215	215	Reforço do valor de investimento previsto no Contrato de Concessão
TA-185	Sistema Solar de Lamas - Fase I	2.530	2.530	3.500		970	970	Reforço do valor de investimento previsto no Contrato de Concessão
TA-216 e TA-217	Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) fase 1 e fase 2	176	3.100	3.100	2.924	2.924		Investimento. Reabilitação/substituição, visando a implementação de medidas de eficiência energética
TA-215	Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beiroles			750		750	750	Investimento novo não previsto no Contrato de Concessão, visando a reutilização de águas residuais tratadas
TA-218	Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Alcantara			700		700	700	Investimento novo não previsto no Contrato de Concessão, visando a reutilização de águas residuais tratadas
TA-219	Beneficiária da Fábrica de Água de Chelas - Fase I	972	972	3.950		2.979	2.979	Reforço do valor de investimento previsto no Contrato de Concessão
TA-220	Beneficiária da Fábrica de Água de São João da Talha	953	953	3.020		2.067	2.067	Reforço do valor de investimento previsto no Contrato de Concessão
TA-221	Reabilitação dos Sistemas de UV das ETAR Foz de Arelia, Maíra, Ericice, Paço e Miraflores			700		700	700	Investimento. Reabilitação/substituição, visando a melhoria do funcionamento da etapa de desinfecção final
TA-222	Reparações Gerais de Construção Civil - Furtadas, Impenetrabilizações e Coberturas			490		490	490	Investimento. Reabilitação/substituição de infraestruturas existentes
TA-223	Remodelação da ETAR da Maíra - Fase II			810		810	810	Investimento. Reabilitação/substituição, visando o cumprimento legal da licença de descargas
TA-224	Remodelação de Interiores/Condutas e Obras para Controlar as Aféruças Indeadas			4.000		4.000	4.000	Investimento. Reabilitação/substituição, visando a implementação de ações/medidas que contribuem para a melhoria das condições de desempenho, operacionalidade e resiliência dos serviços e equipamentos
TA-225	Remodelação da ETAR da Ericice	414	414	914		500	500	Reforço do valor de investimento previsto no Contrato de Concessão
TA-226	Trabalhos Associados às Obrigações Documentais do SGCIE			300		300	300	Investimento. Reabilitação/ Substituição tendo em vista o cumprimento de obrigações legais no âmbito do Sistema de Gestão dos Consumos Intermédios de Energia
o	Outros Investimentos		742	10.687			9.944	Significativo incremento na rubrica Outros de 2018 para 2019
103(A) (m€)						21.567	28.181	

Seguidamente descreve-se de forma sumária alguns dos investimentos que representam incremento previsual em relação aos montantes previstos no Contrato de Concessão.



TA-024 - Remodelação da ETAR Santa Cruz/Silveira

Para a empreitada de Remodelação da ETAR Santa Cruz/Silveira – Desinfecção Final descrita no Cronograma Físico e Financeiro das Empreitadas do Contrato de Concessão estava previsto um montante de investimento de 270 000 euros.

A Águas do Tejo do Atlântico procedeu durante o ano de 2018 ao levantamento das necessidades de investimento para a referida ETAR, que foi construída em 1999, tendo identificado a necessidade de efetuar significativas reparações de construção civil, substituição de equipamentos em fim de vida útil técnica, com elevada degradação ou reduzida eficiência energética e operacional, tendo sido estimado um valor de investimento necessário em cerca de 2,5 milhões de euros no PAO2019.

Algumas das intervenções, nomeadamente no tratamento biológico representarão no curto-médio prazo uma redução dos custos operacionais, designadamente energia. Acresce que a necessidade de se manter em pleno funcionamento a instalação existente, durante a fase de obra, implica também um acréscimo de custos associados.

O projeto da referida remodelação será objeto de aprovação da Entidade Reguladora e será também sujeito à aprovação do Concedente, no que respeita à parcela de investimento que excede o previsto no Contrato de Concessão, ou seja cerca de 2,23 milhões de euros.

TA-166 A e B - Construção dos Emissários Gravíticos e ETAR do Subsistema do Carvalhal

O investimento TA-166 - Construção dos Emissários Gravíticos e ETAR do Subsistema do Carvalhal encontra-se previsto no Contrato de Concessão com um montante global estimado de 1,3 milhões de euros.

A empreitada relativa à construção dos emissários e sistemas elevatórios encontra-se já em fase de execução, tendo sido contratualizada pelo montante global de cerca de 1 milhão de euros.

O referido investimento previa ainda a construção da ETAR do Carvalhal que iria descarregar o efluente tratado numa linha de água - a Ribeira de Cheleiros, afluente do Rio Lizandro e uma vez que existem inúmeras captações de água para rega de campos agrícolas a solução de tratamento da referida instalação contempla também a desinfecção final do efluente tratado.

Tendo presente a necessidade de desinfecção final do efluente tratado prevê-se que o valor previsto para a realização do investimento “Empreitada de Conceção/Construção da ETAR do Carvalhal” seja de 1 milhão de euros, que excede em cerca de 700 000 euros o valor global previsto no Contrato de Concessão, que previa 1,32 milhões de euros para a construção da ETAR e do respetivo sistema de drenagem.

O referido projeto foi já objeto de aprovação pela Entidade Reguladora – ERSAR em outubro de 2018 e foi também já obtida a aprovação do Concedente para a parcela que excede o previsto no Contrato de Concessão em janeiro de 2019.



A construção da ETAR do Carvalhal permitirá, em paralelo com a construção dos emissários gravíticos e sistemas elevatórios do subsistema do Carvalhal, eliminar a rejeição de águas residuais não tratadas que ocorre atualmente na Ribeira de Cheleiros, passando as águas residuais a ser devidamente tratadas antes da sua rejeição no meio recetor.

TA-185 - Secagem Solar de Lamas - Fase I

Para o investimento relativo à Secagem Solar de Lamas-Fase I descrito no Cronograma Físico e Financeiro das Empreitadas do Contrato de Concessão estava previsto um montante de investimento de 2,5 milhões de euros.

O referido investimento previa a instalação de um sistema de secagem solar de lamas na zona Sul do Sistema Multimunicipal da Grande Lisboa e Oeste. Em paralelo foi analisada a necessidade e benefício de instalar uma unidade idêntica de secagem solar na zona Norte do Sistema.

Atendendo também às exigências ambientais que condicionam a solução a implementar e às atuais condições de mercado foi necessário rever o valor de investimento a realizar.

Atualmente estão concluídos os estudos prévios dos sistemas de secagem a implementar na zona Norte e Sul, prevendo-se um valor global estimado na ordem dos 3,5 milhões de euros no PAO2019.

Salienta-se ainda que se verificam atualmente concretas dificuldades na colocação direta das lamas na agricultura, com cada vez mais exigências de qualidade, evidenciadas também, recentemente, pelo concurso público internacional de “Prestação de Serviços de Recolha, Transporte e Envio a Destino Final de Lamas de ETAR Produzidas na Águas do Tejo Atlântico”, correspondente a um ano de atividade da Empresa, lançado com um preço base de cerca de 4,8 milhões de euros, que ficou deserto por exclusão de propostas, sendo que o valor de duas das propostas apresentadas correspondia ao dobro do valor do preço base do concurso.

A manter-se estes valores podemos vir a assistir ao aumento significativo dos custos com FSE's, na ordem dos 5 milhões de euros, e como tal é urgente tomar medidas para melhorar a qualidade das lamas, de forma a encontrar soluções que globalmente sejam mais económicas e que não dependam de prestadores de serviço externos.

Em termos futuros a secagem solar de lamas será certamente uma solução a equacionar, para uma parte mais significativa da produção de lamas da Empresa visando por isso a redução dos custos operacionais.

O estudo/projeto relativa à secagem solar de Lamas será objeto de aprovação da Entidade Reguladora e será também sujeito à aprovação do Concedente no que respeita à parcela de investimento que excede o previsto no Contrato de Concessão, ou seja cerca de 1 milhão de euros.

TA-216/TA-217/TA-226 - Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) e Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE)

Salienta-se o investimento de cerca de 3,1 milhões de euros respeitantes às TA-216 e TA-217 - Empreitadas de Trabalhos Associados ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) - fase 1 e 2 que permitirão a implementação de um conjunto de medidas de eficiência energética previstas no Plano de Eficiência e Produção de Energia das Águas de Portugal.

O referido plano tem por objetivos reduzir os consumos de energia elétrica, aumentar a produção própria e melhorar as condições de aquisição de energia elétrica. As referidas medidas contemplam a renovação/substituição de equipamentos, tendo em vista uma maior eficiência energética que resulte na redução dos consumos de energia, com consequentes impactos positivos no ambiente. Refere-se também que o valor de investimento a realizar é recuperado, globalmente, em menos de 5 anos e que parte das medidas se encontram integradas em candidatura aprovada ao Fundo de Eficiência Energética (FEE).

Estes investimentos a realizar no primeiro quinquénio permitirão a curto/médio prazo a redução de custos operacionais (energia) e de manutenção.

O referido investimento da categoria de reabilitação/substituição foi aprovado pela Entidade Reguladora – ERSAR.

Foi ainda incluído no PAO 2019 um investimento de cerca 300 000 euros tendo em vista a realização dos Trabalhos Associados às Obrigações Decorrentes do SGCIE (Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia) que irão permitir o cumprimento legal das medidas e obrigações definidas para a Empresa.

TA-215 e TA – 218 - Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais das Fábricas de Água de Beirolas e de Alcântara

A reutilização de águas residuais tratadas representa um importante contributo para o eficiente uso da água, sendo particularmente relevantes para lidar com fenómenos decorrentes de variações climáticas nomeadamente, períodos de seca extrema.

Neste contexto, destaca-se no período 2019-2021 a realização de dois investimentos não previstos no Contrato de Concessão inicial que respeitam à execução do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais das Fábricas de Água de Beirolas e de Alcântara, com um valor de investimento global previsto de cerca de 1,5 milhões de euros nesse período.

Conjugando as preocupações ambientais, económicas e sociais o presente investimento tem em vista a utilização das águas residuais tratadas por um lado em utilizações internas da instalação como água de serviço e, paralelamente, existindo disponibilidade, em utilizações externas como água reciclada destinada à rega de espaços verdes e jardins, abastecimento de fontes decorativas, lavagem de arruamentos e passeios.

Relativamente ao investimento associado ao Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolas a definição da solução e outros aspetos técnicos e económicos têm vindo a ser definidos em estreita articulação com as entidades competentes, a saber: Ministério do Ambiente e da Transição Energética, ERSAR, Agência Portuguesa do Ambiente, Administração Regional de

Saúde de Lisboa e o Município de Lisboa, em alinhamento com o objetivo de aumento da taxa de reutilização de águas residuais tratadas.

Estes investimentos serão objeto de estudo de viabilidade económico-financeira (EVEF), resultando dos mesmos uma tarifa de venda de água reutilizada que permitirá amortizar o investimento a efetuar.

Os referidos investimentos serão objeto de devida aprovação pelas Entidades Competentes, nomeadamente a Entidade Reguladora e o Concedente.

Adicionalmente e neste contexto, em março de 2019 o Ministério do Ambiente e da Transição Energética endereçou à Águas do Tejo Atlântico comunicação relativa ao “Plano de Acção para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas”, considerando prioritário que as entidades gestoras das 50 maiores ETAR do país (8 dessas geridas pela Águas do Tejo Atlântico) promovam estudos tendentes a dotar as instalações do respetivo plano de ação, que assegurem promover medidas e investimentos, de modo a atingir as metas preconizadas.

TA-219 - Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I

A ETAR Chelas entrou em funcionamento em 1989 (primeira fase – tratamento primário) e evidencia nos principais órgãos/etapas e equipamentos significativa deterioração por envelhecimento, fadiga e/ou desgaste, encontrando-se em condições de fim de “vida útil técnica”, atendendo ao tempo de utilização desta infraestrutura (quase a perfazer os 30 anos) e ao facto de estar sujeita a condições de degradação acentuadas.

A par com intervenções de manutenção que têm sido realizadas manifesta-se premente realizar o investimento de reabilitação/substituição dos órgãos e equipamentos desta infraestrutura, no montante estimado de 4 milhões de euros no PAO 2019, atendendo ao final de “vida útil técnica” de algumas etapas de tratamento.

A presente empreitada integra vários investimentos que constam da lista de empreitadas do Apêndice IV do Anexo I do Contrato de Concessão da Águas do Tejo Atlântico, com um valor global previsto para o investimento a realizar de cerca de 1 milhão de euros.

O projeto da referida beneficiação foi já objeto de aprovação pela Entidade Reguladora – ERSAR em outubro de 2018 e foi também já obtida a aprovação do Concedente para o montante que excede o previsto no Contrato de Concessão em novembro de 2018.

TA-220 – Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha

A ETAR de São João da Talha entrou em funcionamento no ano de 1997 e atendendo ao tempo de utilização desta infraestrutura apresenta níveis de degradação acentuados devido à receção e tratamento de uma

percentagem muito significativa de aflúncias de origem industrial em várias etapas de tratamento, tanto ao nível da componente de equipamento, automação e instalações elétricas, como ao nível da componente de construção civil.

Neste contexto, foi previsto no PAO 2019 a realização de investimento de reabilitação/substituição desta infraestrutura, num montante estimado em cerca de 3 milhões de euros. No Contrato de Concessão encontrava-se previsto um montante de cerca 1 milhão de euros relativo à reabilitação parcial da componente de construção civil e da etapa de arejamento.

O projeto da referida beneficiação será objeto de aprovação da Entidade Reguladora – ERSAR e será também obtida a aprovação do Concedente para o montante que excede o previsto no Contrato de Concessão, ou seja cerca de 2 milhões de euros.

TA-224 - Remodelação de Intercetores/Conduatas e Obras para Controlo de Aflúncias Indevidas

As infraestruturas da Águas do Tejo Atlântico sofrem muitas vezes o impacto da aflúncia de caudais excessivos ou indesejados ao Sistema, nomeadamente caudais pluviais, caudais de infiltração, maré, efluentes industriais não licenciados. Estes caudais provocam diminuição da capacidade/qualidade de serviço, falhas de serviço, efluentes com carga poluente com impacto significativo nas ETAR e/ou na qualidade do efluente final e o aumento dos custos operacionais, nomeadamente em termos de energia, lamas e reagentes.

Neste contexto, foi previsto no PAO 2019 um investimento de 4 milhões de euros da categoria de reabilitação/substituição, a realizar faseadamente durante 4 anos, tendo em vista a correção das referidas situações. Estas intervenções contribuirão para uma melhoria no desempenho dos sistemas de drenagem, para o incremento da operacionalidade e resiliência dos órgãos e equipamentos das instalações, bem como para a redução dos custos operacionais do tratamento.

Existem também algumas diferenças nas datas previstas para o início da execução física e financeira das empreitadas devido a vicissitudes várias como sendo, procedimentos que não receberam propostas e que careceram de repetição do processo contratual e da antecipação da realização de investimentos como é o caso da TA-182/TA-141 – Alcântara - ligação a Amadora / Benfica - Fase I e II a realizar pelo Município de Lisboa ao abrigo de protocolo a celebrar com a Águas do Tejo Atlântico, cuja antecipação previsional se traduz num significativo incremento no valor de investimento no PAO2019 em relação ao previsto no PAO2018.

Parte do incremento previsto para o primeiro quinquénio deve-se também à realização de investimentos associados a projetos de investigação e desenvolvimento (I&D), tendo em vista o estudo e implementação de soluções alternativas que se traduzirão em benefícios ambientais e económicos a curtos e médio prazo nos processos de tratamento nas ETAR, nomeadamente ao nível do aproveitamento/valorização de subprodutos (biocombustíveis, biosólidos, bioplásticos, bionutrientes).



O investimento previsto em Investigação e Desenvolvimento tem por objetivos o desenvolvimento de soluções na área da energia, recuperação de nutrientes, neutralidade energética e de valorização e otimização das lamas de ETAR. Prevê-se com a implementação dos projetos se recupere em termos de custos operacionais o investimento efetuado em cerca de 5 anos.

Salienta-se ainda que toda a rubrica de investimento em I&D é elegível para benefícios fiscais no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (SIFIDE).

Por último, e relativamente à rubrica “Outros” salienta-se que a Águas do Tejo Atlântico no decurso normal da sua atividade incorre em gastos com manutenção. O regulador do setor – ERSAR – tem como métrica anual de eficiência definida para esta natureza de gastos o valor de 1,2% do valor do imobilizado bruto da empresa. No caso da Águas do Tejo Atlântico corresponderá a um máximo aproximado de 10,7 milhões de euros (1,2% de 898 milhões de euros de imobilizado). Estes gastos em manutenção, devido à sua natureza, e ao enquadramento contabilístico em vigor no Grupo AdP (via Parpública), as normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS), são por vezes capitalizados em balanço.

A definição de um ativo, nas normas IAS 16 e IAS 38, definem que um gasto, quando perfeitamente identificado, que seja fiavelmente mensurável e cujo retorno se prolongue por mais do que um exercício, reúne as condições para ser capitalizado. No caso dos gastos com manutenção, por acrescentarem vida útil às infraestruturas reúnem as condições para serem capitalizados em balanço e assim serem apresentados como uma rubrica adicional de investimento. À semelhança da execução de investimento que tem ficado abaixo do previsto, os gastos com manutenção, por força de dificuldades de mercado e dos processos de contratação, também têm ficado aquém do expectável nos dois primeiros anos de vida da empresa, sendo desejável que a situação se inverta em 2019.

Os investimentos a realizar no primeiro quinquénio de atividade têm como objetivos fundamentais o cumprimento das obrigações expressas no Contrato de Concessão, nomeadamente no Cronograma Físico e Financeiro das Empreitadas do Apêndice IV do Anexo I. Os investimentos previstos para o referido período visam ainda a manutenção dos bens e meios afetos à concessão, necessários ao bom desempenho do serviço público, e de acordo com as exigências técnicas e os parâmetros sanitários exigíveis.

Responder de forma adequada face às tarifas que são cobradas e de acordo com as expectativas dos Municípios (e respetivos Municípes) que pagam esses rendimentos tarifários.

Em particular referem-se ainda os objetivos transversais a atingir pelos investimentos a realizar:

- A conservação, a reparação, a renovação e a manutenção das infraestruturas existentes, muitas delas em fim de vida útil técnica, para que as mesmas possam continuar a garantir a função prevista no Contrato de Concessão: a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente.

- O tratamento adequado das águas residuais afluentes às ETAR, em cumprimento das licenças de descarga em vigor, contribuindo assim para a melhoria da qualidade da água dos meios recetores (rios, praias) que se traduz em benefícios ambientais, económicos e de saúde pública para as regiões em questão.
- O incremento da população servida, por via do aumento da extensão da rede em “alta” de emissários/intercetores e do número de instalações (estações elevatórias e ETAR)
- Controlo das afluições indevidas ao sistema (controlo de caudais pluviais, de maré, infiltração e industriais não licenciados), de forma a reduzir os custos operacionais com o tratamento desta contribuição afluente.
- A redução de custos operacionais (energia, lamas, manutenção, água, reagentes), recorrendo à substituição de equipamentos com maior eficiência energética, melhoria dos processos de tratamento e valorização ambiental de subprodutos.
- Desenvolvimento e implementação de soluções alternativas e complementares para o destino final das lamas das ETAR (significativo custo operacional) que permita reduzir os custos associados e contribuir para uma solução ambientalmente mais adequada, prevenindo a poluição dos meios recetores e minimizando os impactes ambientais associados à atividade.
- Garantir uma maior eficiência no uso de recursos, nomeadamente através da aposta nas energias renováveis e na promoção de outras práticas de otimização energética das instalações e da reutilização da água residual tratada.

Melhoria sistemática das condições de higiene e segurança das instalações para trabalhadores e terceiros.

É espectável que a realização dos investimentos previstos, para o primeiro quinquénio de atividade 2017-2021, tenha a médio prazo impactos positivos que possam ser mensuráveis através dos indicadores de qualidade de serviço definidos pela Entidade Reguladora – ERSAR.

Retorno económico e financeiro dos investimentos

O retorno económico e financeiro de cada um dos projetos de investimento não é diretamente ou individualmente aferível uma vez que são desenvolvidos no âmbito dos contratos de concessão celebrados entre o Estado Português e os Municípios, no estrito cumprimento da respetiva missão: conceber, construir,



explorar e gerir, no caso presente, Sistemas de Saneamento de Águas Residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

A sustentabilidade económica e financeira dos investimentos relevantes encontra-se pois assegurada nos próprios contratos de concessão, designadamente no Estudo de Viabilidade Económica e Financeiro (EVEF) que os acompanha e onde estão previstos (com detalhe) os investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as tarifas e os rendimentos tarifários que, num regime de “cost-plus”, permitirão assegurar essa sustentabilidade.

Nos contratos de concessão são considerados os encargos a recuperar por via tarifária, os gastos operacionais, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. A rentabilidade dos capitais próprios a recuperar por via tarifária resulta da remuneração do capital social e da reserva legal, a uma taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem de 3%.

2.7. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO

A estrutura de financiamento da Empresa, considerando o recurso às fontes de financiamento assinaladas, para além do autofinanciamento é a seguinte:

- O Capital Social, que ascende a 113,5 MEur;
- A comparticipação total de fundos comunitários (subsídios ao investimento);
- Empréstimos BEI.

No que respeita ao período em análise (2019-2021), identificam-se de seguida as fontes de financiamento:

Fontes de financiamento	31.12.2017 real	31.12.2018 real	31.12.2019 orçamento	31.12.2020 projeção	31.12.2021 projeção	variação % 2019 vs 2018
Passivos não correntes						
Empréstimos BEI	231 140 397	222 086 899	214 797 421	201 678 631	188 700 288	-3%
Subsídios ao investimento	139 510 691	134 947 970	130 227 218	125 506 465	120 785 713	-3%
Passivos correntes	370 651 089	357 034 869	345 024 638	327 185 096	309 486 001	-3,36%
Passivos correntes						
Empréstimos BEI	8 149 110	9 150 287	8 252 233	11 621 156	12 978 341	-10%
	8 149 110	9 150 287	8 252 233	11 621 156	12 978 341	-9,81%
Total de financiamentos	378 800 199	366 185 156	353 276 871	338 806 252	322 464 344	-3,53%

Figura 14 - Fontes de Financiamento para o período 2019-2021

Apesar de a AdTA apresentar e projetar uma estrutura de endividamento sem recurso à banca comercial ou apoio acionista, a sua atividade está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão de riscos do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes de imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada pela *holding* do Grupo. A AdTA prevê diminuir o seu endividamento bruto em aproximadamente 4% em resultado das amortizações previstas para o financiamento contratualizado junto do Banco Europeu de Investimento.

Deste modo a Águas do Tejo Atlântico cumpre com os limites de endividamento impostos pela Lei para as empresas públicas. A AdTA não prevê o recurso à contratação de financiamentos bancários junto da banca comercial para os próximos anos existindo contudo, uma candidatura ao BEI V no valor de cerca de 90M€, cujo financiamento será de 50% do investimento elegível.

Apresenta-se de seguida a estrutura de endividamento para o triénio:

Endividamento	31.12.2017 real	31.12.2018 real	31.12.2019 orçamento	31.12.2020 projeção	31.12.2021 projeção	variação % 2019 vs 2018
Empréstimos BEI (não correntes)	231 140 397	222 086 899	214 797 421	201 678 631	188 700 288	-3%
Empréstimos BEI (correntes)	8 149 110	9 150 287	8 252 233	11 621 156	12 978 343	-10%
Endividamento bruto	239 289 507	231 237 186	223 049 654	213 299 787	201 678 631	-3,54%
Caixa e equivalentes de caixa	10 870 822	42 260 556	34 234 756	35 419 426	34 838 028	-19%
Apoio de escrow para a AdP S GPS	57 000 000	40 600 000	40 600 000	25 000 000	5 000 000	0%
Total disponibilidades	67 870 822	82 860 556	74 834 756	60 419 426	39 838 028	-9,69%
Endividamento líquido	171 418 685	148 376 630	148 214 898	152 880 361	161 840 603	-0,11%
Variação do endividamento bruto		-3%	-4%	-4%	5%	
Variação do endividamento líquido		-13%	0%	3%	6%	

Figura 15 - Endividamento no período 2019-2021

Taxa média de financiamento	31.12.2017 real	31.12.2018 real	31.12.2019 orçamento	31.12.2020 projeção	31.12.2021 projeção	variação % 2019 vs 2018
Endividamento bruto	239 289 507	231 237 186	223 049 654	213 299 787	201 678 631	-4%
Gastos financeiros	9 766 285	8 178 038	8 253 902	7 583 636	7 307 752	1%
Taxa média de financiamento	4,08%	3,54%	3,70%	3,56%	3,62%	4,63%

Figura 16 - Taxa média de Endividamento no período 2019-2021

Cálculo da variação do endividamento conforme n.º 4 do artigo 159.º do DLEO 2019

Endividamento (conforme artigo 159.º, n.º4, DLEO 2019)	31.12.2019 orçamento
1. Financiamento remunerado orçamentado para final do ano 2019	223 049 654
2. Financiamento remunerado estimado para final do ano 2018	231 237 185
3. Capital social realizado orçamentado para 2019	113 527 680
4. Capital social realizado estimado para 2018	113 527 680
5. Novos investimentos do ano (relevantes)	0
% Endividamento = ((1 - 2) + (3 - 4) - 5) / (2 + 4)	-2%

Figura 17 – Variação do endividamento no período 2018-2019 (artigo 159.º DLEO 2019)

Para além da candidatura ao BEI V, cujos desembolsos não se perspetiva que sejam realizados no triénio em análise, não está prevista a contratualização de novos financiamentos no horizonte do Plano de Atividades e Orçamento apresentado no presente documento.

2.8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e de acordo com a estrutura conceptual (“Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements”), Normas Internacionais

de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e normas interpretativas (“SIC/IFRIC”), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2018.

Demonstração da Posição Financeira – Previsional

BALANÇO	31.12.2017 real	31.12.2018 real	31.03.2019 orçamento	30.04.2019 orçamento	30.09.2019 orçamento	31.12.2019 orçamento	31.12.2020 projeção	31.12.2021 projeção
Ações não correntes	463 954 379	456 008 585	453 774 770	458 054 131	461 283 793	462 113 447	475 964 992	486 253 869
Ações não correntes	202 605	204 945	984 077	959 226	973 000	954 199	832 500	710 800
Investimentos financeiros	11 288 623	8 447 407	8 447 407	8 447 407	8 447 407	8 447 407	0	0
Impostos diferidos ativos	54 547 156	52 856 750	53 149 326	53 435 151	53 707 474	53 971 812	55 086 874	56 201 936
Dívidas de recuperação de gastos (DRG)	40 975 913	26 877 539	24 213 878	21 431 815	17 759 657	14 773 658	2 799 709	(9 425 663)
Clientes e outros ativos não correntes	1 932 196	1 419 239	0	0	0	0	0	0
Total das ações não correntes	572 900 874	545 814 968	540 573 458	542 327 732	542 171 331	540 360 723	534 884 074	533 840 947
Ações correntes	516 327	410 608	216 656	242 654	242 654	220 087	223 168	226 154
Clientes	22 205 781	17 463 761	19 957 967	15 605 397	15 577 459	15 585 678	15 832 136	16 037 850
Estado e outras entidades públicas	374 852	967 916	754 327	2 329 833	2 147 485	192 942	192 942	192 942
Outros ativos correntes	3 127 240	3 142 049	0	0	0	0	0	0
Apoio às outras entidades AOP-SGPS	57 000 000	40 800 000	40 800 000	40 800 000	40 800 000	40 800 000	25 000 000	5 000 000
Clientes e outros atuais	10 870 822	42 260 556	43 611 490	42 752 328	35 512 947	34 234 756	35 419 426	34 838 028
Total das ações correntes	64 995 022	104 884 891	105 143 434	101 530 223	94 085 438	90 833 463	68 667 672	56 295 335
Total do ativo	644 995 896	650 699 877	645 715 892	643 857 955	636 256 769	631 094 186	611 351 746	590 136 277
Capital próprio das ações das majoritárias	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680
Ações próprias	(6 458 431)	(2 521 433)	(2 521 433)	(2 521 433)	(2 521 433)	(2 521 433)	0	0
Reservas e outros ajustes	0	343 989	619 290	619 290	619 290	619 290	916 897	1 237 111
Resultados transferidos	0	371 812	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício	6 879 777	5 508 013	1 460 053	2 945 849	4 448 011	5 950 154	6 404 278	6 711 056
Total do capital próprio	113 949 026	117 230 061	113 005 696	114 571 505	116 073 648	117 975 791	120 848 056	121 475 848
Passivos não correntes	16 218	0	0	0	0	0	0	0
Emprestimos	231 140 397	232 086 899	221 621 648	218 931 051	217 542 747	214 797 421	201 678 631	188 700 288
Outros passivos não correntes	0	0	0	0	0	0	0	0
Impostos diferidos passivos	30 61 646	24 606 287	24 006 964	23 380 999	22 554 764	21 882 914	19 141 508	16 343 532
Acrescimos de custos do investimento em trabalho	122 423 180	125 248 320	124 184 971	120 951 612	122 043 143	118 053 173	106 884 693	97 498 082
Subsídios ao investimento e outros	139 510 691	124 947 970	122 767 783	123 547 394	121 467 406	120 222 218	125 506 485	120 785 713
Total das passivos não correntes	522 332 132	506 889 476	502 581 313	493 851 254	493 573 919	484 940 725	453 311 297	422 327 618
Passivos correntes	8 149 110	9 150 287	8 252 233	8 252 233	8 252 233	8 252 233	11 621 156	12 978 343
Fornecedores	7 044 204	6 920 227	6 293 327	16 488 140	7 080 098	8 004 880	13 235 809	19 729 595
Outros passivos correntes	6 257 277	10 866 290	10 866 303	3 890 837	5 212 036	4 566 095	4 566 095	4 566 095
Imposto sobre o rendimento do exercício	5 270 905	1 073 327	2 670 697	3 229 321	3 880 013	4 932 746	5 071 737	5 282 125
Estado e outras entidades públicas	3 073 246	3 520 208	964 279	1 524 663	2 185 479	2 294 095	2 294 095	2 294 095
Total das passivos correntes	29 794 734	26 540 319	29 044 819	33 435 194	28 557 670	28 557 670	37 291 593	45 332 814
Total do passivo	552 046 870	533 429 816	532 636 202	529 286 450	529 183 121	513 518 395	490 582 890	488 660 429
Total do passivo e do capital próprio	644 995 896	650 699 877	645 715 892	643 857 955	636 256 769	631 094 186	611 351 746	590 136 277

Figura 18 - Demonstração da Posição Financeira – Previsional

Demonstração dos Resultados por Naturezas – Previsional

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	31.12.2017 real	31.12.2018 real	31.03.2019 orçamento	30.04.2019 orçamento	30.09.2019 orçamento	31.12.2019 orçamento	31.12.2020 projeção	31.12.2021 projeção
Vendas	33 730	32 378	0	0	0	0	0	0
Prestações de serviços	79 075 915	82 231 539	20 787 181	41 608 143	62 384 337	83 167 063	84 229 354	85 393 770
Serviços de construção (IFRIC 12)	2 984 476	9 138 876	3 879 845	16 442 918	23 631 378	33 501 532	46 196 443	40 952 106
Dívidas de Recuperação de Gastos (DRG)	(2 544 063)	(14 098 374)	(2 661 661)	(5 445 714)	(9 177 882)	(12 103 881)	(11 923 949)	(12 725 372)
Volume de negócios	79 550 099	77 304 319	22 005 365	52 605 337	76 897 833	104 565 634	118 451 848	114 120 505
Custos das vendas (variáveis) dos inventários	(2 391 060)	(2 822 344)	(655 837)	(1 375 228)	(2 099 443)	(2 819 539)	(2 819 013)	(2 901 898)
Serviços de construção (IFRIC 12)	(2 984 476)	(9 138 876)	(3 879 845)	(15 965 228)	(22 899 972)	(33 501 532)	(46 196 443)	(40 952 106)
Margem bruta	74 173 494	65 342 909	17 711 507	35 274 839	51 898 464	68 244 563	69 394 392	70 266 501
Fornecimentos a serviços externos	(26 445 037)	(25 573 175)	(6 412 692)	(13 560 013)	(18 441 177)	(24 748 787)	(25 093 725)	(25 468 644)
Gastos com pessoal	(1 112 597)	(1 028 825)	(3 249 590)	(6 494 214)	(9 021 918)	(11 298 745)	(11 316 333)	(11 340 771)
Amortizações, depreciações e reavaliações do exercício	(9 957 275)	(9 938 085)	(5 079 153)	(10 170 334)	(15 253 891)	(20 323 023)	(20 323 023)	(20 323 023)
Provisões e reservas do exercício	(3 161 803)	1 548	0	0	0	0	0	0
Subsídios ao investimento	4 720 950	4 767 507	1 180 188	2 360 376	3 540 544	4 720 752	4 720 752	4 720 752
Outros gastos e perdas operacionais	(772 187)	(668 986)	(172 712)	(345 734)	(518 516)	(691 325)	(691 325)	(691 325)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	81 690	524 748	100 500	118 000	135 500	536 000	0	0
Resultados operacionais	17 585 235	14 376 642	4 078 047	8 182 918	12 339 015	16 439 435	16 692 738	17 163 488
Gastos financeiros	(9 746 285)	(8 170 038)	(2 087 641)	(4 161 291)	(6 214 727)	(8 253 902)	(7 583 434)	(7 387 552)
Rendimentos financeiros	1 179 077	1 087 259	223 488	464 329	698 524	938 072	623 913	317 295
Resultados financeiros	(8 567 208)	(7 090 780)	(1 864 153)	(3 696 822)	(5 516 203)	(7 323 830)	(6 959 783)	(6 999 957)
Resultados antes de impostos	8 998 027	7 285 862	2 223 894	4 486 096	6 822 812	9 115 605	9 733 025	10 173 531
Imposto do exercício	(5 270 905)	(3 641 801)	(1 655 741)	(3 345 914)	(5 227 048)	(7 003 884)	(7 137 958)	(7 328 245)
Imposto diferido	3 152 656	3 864 933	891 900	1 865 689	2 962 247	3 838 435	3 809 201	3 865 771
Resultado líquido do exercício	6 879 777	5 508 013	1 460 053	2 945 849	4 448 011	5 950 154	6 404 278	6 711 056

Figura 19 - Demonstração dos Resultados por Naturezas - Previsional

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Previsional

	31.12.2017	31.12.2018	31.03.2019	30.06.2019	30.09.2019	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021
	real	real	orçamento	orçamento	orçamento	orçamento	projeção	projeção
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Recebimentos de clientes	83 359 208	96 533 363	20 124 665	47 178 637	49 964 954	92 723 012	94 746 340	96 021 386
Pagamentos a fornecedores	(76 556 344)	(25 853 182)	(1 676 493)	(20 948 434)	(29 897 993)	(38 887 333)	(39 431 756)	(40 023 232)
Pagamentos ao pessoal	(6 763 249)	(6 081 084)	(1 901 854)	(4 447 749)	(5 901 058)	(8 084 774)	(8 084 774)	(8 084 774)
Pagamentos/Recebimentos do R.C.	0	(5 327 575)	0	(1 073 327)	(7 199 298)	(2 762 284)	(7 988 321)	(8 122 392)
Outros Pagamentos/Recebimentos	40 478 981	(10 949 567)	657 275	287 543	314 961	2 051 985	2 053 985	2 053 985
Fluxo de caixa das atividades operacionais	91 018 594	30 321 955	7 203 593	20 996 649	32 281 545	45 042 685	41 295 493	41 844 971
Fluxo de caixa das atividades de investimento								
Recebimentos de investimentos financeiros (apoio às outras)	0	0	0	0	0	0	15 600 000	20 000 000
Recebimentos de ativos financeiros financeiros	0	0	0	0	0	0	8 447 407	0
Recebimentos de subsídios de investimento	0	202 325	0	0	0	0	0	0
Recebimentos de juros e rendimentos similares	0	0	114 802	229 604	344 406	459 208	219 604	0
Pagamentos de ativos financeiros	(28 155)	(33 889)	0	0	0	0	0	0
Pagamentos de ativos intangíveis	(2 585 750)	(6 476 636)	(4 015 798)	(7 984 345)	(74 421 364)	(33 344 615)	(44 245 853)	(39 001 516)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(2 613 985)	(6 208 209)	(3 900 997)	(7 754 743)	(21 076 930)	(32 885 408)	(11 936 843)	(19 061 516)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento								
Recebimentos de empréstimos obtidos	200 000	1 448 373	60 314	120 181	179 487	238 346	213 150	213 150
Outros recebimentos de atividades de financiamento	0	0	0	0	0	0	2 521 433	0
Pagamentos de dividendos	0	(5 769 846)	0	(5 604 425)	(5 604 425)	(5 604 425)	(5 652 847)	(6 084 064)
Pagamentos de empréstimos obtidos	(7 081 544)	(8 149 110)	(1 379 480)	(4 086 252)	(5 465 730)	(8 252 233)	(11 015 251)	(11 621 156)
Pagamentos de juros e gastos similares	(13 666 482)	(4 553 438)	(632 497)	(2 179 610)	(4 056 548)	(6 564 685)	(6 208 687)	(5 932 782)
Após de Transferência à Habitar	(52 000 000)	16 400 000	0	0	0	0	0	0
Outros Pagamentos/Recebimentos	(77 548 026)	(624 019)	(1 951 662)	(12 750 180)	(14 947 217)	(20 182 997)	(29 141 987)	(23 424 853)
Variação de caixa e seus equivalentes	10 856 644	31 389 734	1 350 934	491 782	(6 742 609)	(8 025 800)	1 184 649	(581 390)
Efeitos das diferenças de câmbio								
Caixa e seus equivalentes no início do período	14 150	10 870 822	42 260 556	42 260 556	42 260 556	42 260 556	34 234 756	35 419 426
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10 870 822	42 260 556	43 611 490	42 752 338	35 517 947	34 234 756	35 419 426	34 838 036
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10 856 644	31 389 734	1 350 934	491 782	(6 742 609)	(8 025 800)	1 184 649	(581 390)

Figura 20 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Previsional

Disponibilidades

Para os anos de 2017 e 2021 apresenta-se a decomposição das disponibilidades.

	31.12.2017	31.12.2018	31.03.2019	30.06.2019	30.09.2019	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021
	real	real	orçamento	orçamento	orçamento	orçamento	projeção	projeção
Caixa	7 408	29 542	10 931	10 931	10 931	10 931	10 931	10 931
Depósitos à ordem	10 857 414	42 226 014	43 595 559	42 736 407	35 502 016	34 218 826	35 403 495	34 822 097
Depósitos a prazo	6 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
Disponibilidades	10 870 822	42 260 556	43 611 490	42 752 338	35 517 947	34 234 756	35 419 426	34 838 036
Descontos bancários	0	0	0	0	0	0	0	0
Disponibilidades	10 870 822	42 260 556	43 611 490	42 752 338	35 517 947	34 234 756	35 419 426	34 838 036

Figura 21 – Disponibilidades

2.9. ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

A proposta de PAO 2019 foi desenvolvida tendo por base as determinações legais, os pressupostos e as orientações constantes do ofício n.º 5487, de 21 de novembro de 2018 da DGTF, bem como às medidas de contenção de gastos e outras orientações definidas pelas tutelas e pelo acionista.

A AdTA na elaboração da revisão da proposta do PAO 2019 teve já em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro), designadamente na prossecução duma política de otimização da estrutura de gastos, no sentido de promoção dum equilíbrio das contas.

Na elaboração deste documento, foi ainda tido em conta, sempre que aplicável o Decreto-Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho). Importa referir que, nos casos em que existam sobreposições, foram seguidas as determinações constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2019 e do Decreto-Lei de Execução Orçamental, bem como as orientações constantes do ofício circular n.º 5487, de 21 de novembro de 2018 da DGTF.

Os rendimentos tarifários da AdTA são estruturadas numa base de custos aceites que pretendem cobrir os custos de exploração e fiscais, as amortizações do investimento e a remuneração de dívida e dos capitais próprios (estes últimos à taxa das OT a 10 anos + 3%).

Nos termos do Contrato de Concessão prevê-se a possibilidade de serem definidos para faturação, rendimentos tarifários. A repartição destes rendimentos tarifários, para efeitos de faturação aos utilizadores municipais, far-se-á atendendo à proporção da utilização efetiva, aferida pela média aritmética simples do volume de efluente medido, por utilizador municipal, de, pelo menos, um dos últimos seis semestres consecutivos, compreendido entre 1 de julho do ano n-4 e 30 de junho do ano n-1. Por este efeito, para os utilizadores municipais cuja faturação seja efetuada nos moldes atrás descritos, poder-se-á apurar uma tarifa implícita, resultante da divisão dos rendimentos tarifários pelos volumes utilizados para a respetiva repartição.

Com base nas regras tarifárias em vigor, explanadas no Contrato de Concessão e na lei de bases do setor, as receitas de exploração crescem com o aumento dos gastos de operação. Este é um efeito que se pretende evitar. Paralelamente, também o EBITDA se constitui como um indicador que não reflete a eficiência operacional e financeira, necessária e pretendida para a Empresa. Com efeito este indicador é suscetível de aumentar com o aumento do investimento e inerentes custo com o endividamento.

As receitas mercantis da AdTA e respetivo esforço de maximização passam então por uma estratégia de investimento racional que permita o aumento da cobertura dos serviços de tratamento de águas residuais.

2.10. PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS (“PRG”)

O PAO 2019 da AdTA reflete o equilíbrio das contas de exploração da Empresa e o cumprimento das orientações relativas à contenção de gastos em cada exercício.

Os montantes orçamentados e estimados para os exercícios seguintes, apresentados neste documento, tiveram em conta o desempenho de 2017 e de 2018 das infraestruturas e das restrições acima descritas e refletem um nível de gastos considerado adequado para garantir o normal funcionamento do sistema multimunicipal face aos níveis de atividade previstos. Por este motivo, algumas rubricas de gastos poderão vir a registar acréscimos de tendência não linear.

EBITDA

Os valores estimados do EBITDA para o período em análise são os seguintes:

EBITDA	31.12.2017 real	31.12.2018 real	31.12.2019 orçamento	31.12.2020 projeção	31.12.2021 projeção	variação % 2019 vs 2018
Resultados operacionais	17 585 235	14 376 642	16 439 435	16 692 738	17 163 488	14%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	19 957 275	19 938 085	20 323 023	20 323 023	20 323 023	2%
Subsídios ao investimento	(4 778 950)	(4 767 507)	(4 720 752)	(4 720 752)	(4 720 752)	-1%
Provisões e reversões do exercício	3 161 803	(11 548)	0	0	0	-100%
	35 925 364	29 535 671	32 041 706	32 295 009	32 765 759	8%

Figura 22 - EBITDA

Os valores estimados do EBIT para o período em análise são os seguintes:

EBIT (Resultado operacional)	31.12.2017 real	31.12.2018 real	31.12.2019 orçamento	31.12.2020 projeção	31.12.2021 projeção	variação % 2019 vs 2018
Resultados operacionais	17 585 235	14 376 642	16 439 435	16 692 738	17 163 488	14%

Figura 23 - EBIT

O aumento do EBITDA resulta essencialmente de um crescimento do valor de prestação de serviços e de outros proveitos operacionais, nomeadamente com subsídios à exploração, que resultam num crescimento dos resultados operacionais.

No entanto o desvio de recuperação de gastos constitui uma dedução ao rendimento (não “cash” e portanto não desembolsável) reconhecido de forma individual e previsto contratualmente na Demonstração de Resultados que integra os Rendimentos Operacionais da Empresa. Assim o seu efeito deverá ser expurgado da análise ao EBITDA.

Após os ajustamentos identificados o EBITDA apresenta-se conforme consta o quadro seguinte:

EBITDA Ajustado	31.12.2017 real	31.12.2018 real	31.12.2019 orçamento	31.12.2020 projeção	31.12.2021 projeção	variação % 2019 vs 2018
Resultados operacionais	17 585 235	14 376 642	16 439 435	16 692 738	17 163 488	14%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	19 957 275	19 938 085	20 323 023	20 323 023	20 323 023	2%
Provisões e reversões do exercício	3 161 803	(11 548)	0	0	0	-100%
Perdas por imparidade e reversões	0	0	0	0	0	0%
Subsídios a o investimento	(4 778 950)	(4 767 507)	(4 720 752)	(4 720 752)	(4 720 752)	-1%
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	2 544 063	14 098 374	12 103 881	11 973 949	12 225 372	-14%
	38 469 427	43 634 045	44 145 587	44 268 958	44 991 130	1%

Figura 24 - EBITDA ajustado

Neste contexto o EBITDA, ajustado ou não, apresenta uma melhoria face ao período anterior, cumprindo com as orientações definidas para o efeito.

Rácio PRC (plano de redução de custos)

Os valores estimados do PRC para o período em análise são os seguintes:

PRC (Plano de Redução de Custos)	31.12.2021 projeção	31.12.2020 projeção	31.12.2019 orçamento	31.12.2018 real	31.12.2017 real	variação % 2019 vs 2018
Custo das vendas/variação dos inventários	2 901 898	2 859 013	2 819 539	2 822 534	2 392 088	0%
Fornecimentos e serviços externos	25 468 646	25 093 725	24 748 787	25 573 175	26 445 037	-3%
Gastos com pessoal	11 340 771	11 316 333	11 298 745	10 089 825	11 112 597	12%
Gastos Operacionais	39 711 315	39 269 071	38 867 071	38 485 534	39 949 722	1%
Vendas			0	32 278	33 730	-100%
Prestações de serviços	85 393 770	84 229 354	82 167 983	82 231 539	79 075 915	1%
Volume de negócios	85 393 770	84 229 354	82 167 983	82 263 817	79 109 645	1%
Rácio PRC	46,50%	46,62%	46,73%	46,78%	50,50%	0%
Deslocações e estadas	85 584	85 584	85 584	136 851	85 996	-37%
Ajudas de custo	12 176	12 176	12 176	12 176	6 685	0%
Gastos com a Frota automóvel	702 178*	720 731	740 794	754 238	955 135	-2%
Estadas, pareceres e projetos de consultoria	17 520	17 520	17 520	17 526	38 281	0%

Figura 25 - Rácio PRC

O quadro anterior evidencia o cumprimento do rácio do PRC, tendo em conta os rendimentos e os gastos estimados para o ano 2019.

Gastos com a Frota Automóvel

A AdTA na elaboração da proposta de PAO 2019 teve em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei do Orçamento de Estado de 2019 e no Decreto-Lei de Execução Orçamental. Paralelamente e em cumprimento com a legislação e orientações sob a matéria em epígrafe, a AdTA reflete na sua proposta de PAO 2019, um esforço de contenção com os gastos associados à frota automóvel.

Integrada na política do Grupo AdP e para satisfazer as respetivas necessidades em matéria de viaturas, assiste-se à condução de procedimentos contratuais em respeito pelas regras de contratação pública, sob a égide dos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência. Os critérios de adjudicação que lhes estão inerentes privilegiam o valor económico dos contratos, tomando em consideração antecipadamente os respetivos gastos de exploração incluindo os encargos decorrentes do consumo de energia, das emissões de CO² e das emissões poluentes, que se caracterizam como externalidades, incentivando os operadores económicos a serem mais eficientes neste contexto.

Neste sentido, e integrado na política do Grupo, tem-se vindo a proceder à prorrogação dos contratos de AOV, nas situações em que tal opção seja possível, angariando o tempo necessário para o desenvolvimento de procedimentos pré-contratuais adequados para a substituição das viaturas com respeito pelo quadro regulamentar em vigor.

Em janeiro de 2018 a Águas do Tejo Atlântico substituiu 20 viaturas de combustão por 20 viaturas 100% elétricas, no âmbito da política de mobilidade elétrica promovida em conjunto entre o Grupo Águas de Portugal e o Ministério do Ambiente.

O quadro abaixo inclui a previsão de despesas relativas a gastos com a frota automóvel da AdTA (rendas, amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos), constatando-se uma diminuição em 2018 face a 2017 e sendo expectável o mesmo em 2019 face a 2018:

Gastos frota automóvel	31.12.2021 projeção	31.12.2020 projeção	31.12.2019 orçamento	31.12.2018 real	31.12.2017 real	variação % 2019 vs 2018
Rendas locação (inclui conservação e reparação)	429 172	451 760	475 537	474 493	624 112	0%
Combustíveis	215 973	212 781	209 843	226 897	281 439	-8%
Seguros de viaturas	57 033	56 190	55 414	52 849	49 583	5%
	702 178	720 731	740 794	754 238	955 135	-2%
Numero de viaturas ligeiras	146	146	146	143	143	2%
Numero de viaturas pesadas	1	1	1	1	1	0%

Figura 26 - Frota Automóvel

O incremento de três viaturas em 2019 face a 2018, visa a substituição de viaturas operacionais, imprescindíveis à atividade da empresa, que se encontravam sem funcionamento desde finais de 2016 por terem sido “retidas em oficina” pela empresa locadora, por apresentarem elevado desgaste e danos cuja recuperação se apresentava economicamente desvantajosa. Apesar do acréscimo em quantidade, é expectável a diminuição dos gastos totais com a frota.

Recursos Humanos

A AdTA partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento com as orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao SEE.

A Águas do Tejo Atlântico quer no PAO de 2017, quer no PAO de 2018, submetidos no SIRIEF em 16 de julho de 2017 e 16 de outubro de 2018, respetivamente, assinalavam a necessidade de contratação de

colaboradores de forma a suprir as diminuições resultantes dos processos de reestruturação anteriores e em curso no grupo Águas de Portugal, bem como solucionar as situações que resultam de reformas, de trabalho temporário e prestações de serviços externas (em “outsourcing”) com maior incidência na operação e manutenção.

O processo de reorganização das empresas do Grupo Águas de Portugal, de que resultou a cisão da Águas do Tejo Atlântico tinha como pressuposto que os ex-colaboradores das três ex-empresas (Simtejo, Sanest e Águas do Oeste - saneamento) retornassem à Águas do Tejo Atlântico. Se isto é um facto para a grande maioria dos colaboradores, em particular para aqueles que estão diretamente ligados à área operacional, houve um conjunto que permaneceu na EPAL/Vale do Tejo, assim como situações transferências de colaboradores entre empresas do Grupo, para além das situações referentes a rescisões contratuais, reformas, falecimentos e cedências à Administração Central.

Infra apresenta-se quadro com o universo de colaboradores existentes antes da agregação, conforme o Decreto-Lei n.º 34/2017 de 24 de março e o necessário à atividade da AdTA, S.A.:

Quadro de pessoal	
nº de pessoas antes de agregação (1 de julho de 2015)	404
nº de pessoas atualmente em funções na AdTA (31 de dezembro de 2018)	363
nº de pessoas necessárias ao pleno funcionamento da AdTA	374

Figura 27 – Quadro pessoal

O PAO de 2019 reforça a necessidade de contratação, conforme o quadro seguidamente apresentado:

Quadro de pessoal	31.12.2017 real	31.12.2018 real	31.12.2019 orçamento	31.12.2020 projecção	31.12.2021 projecção	variação % 2019 vs 2018
Órgãos Sociais (CA + CF)	10	10	10	10	10	0%
Pessoal eleito	355	363	368	368	368	1%
Pessoal - necessidades totais	19	10	15	0	0	50%
Pessoal - "Precários" em funções	5	0	0	0	0	0%
Pessoal - necessidades de contratação	14	10	10	0	0	0%
Pessoal - previsão de saídas	0	0	5	0	0	#DIV/0!

Figura 28 - Quadro de Pessoal (detalhe)

Em junho de 2018, ao abrigo do programa PREVPAP (programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na administração pública) integraram o quadro da Tejo Atlântico 5 novos colaboradores.

A morosidade na aprovação do PAO de 2018 condicionou as admissões previstas e necessárias, obrigando a transitar para 2019 as novas contratações. A Tejo Atlântico havia solicitado a admissão em 2018 de 16 trabalhadores tendo apenas sido aprovada a contratação de 10, pelo Despacho nº 1117/18-Set de 28 de dezembro de 2018 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, contudo não pode a Empresa deixar de reforçar que a privação de admissão de 6 trabalhadores coloca em risco o cumprimento das suas obrigações legais.

Pessoal em 31.12.2017	355
PREVPAP admitidos em 2018	5
Entradas em 2018	3
Saídas em 2018	-9
Substituição de saídas de 2018	9
Pessoal em 31.12.2018	363
Admissões aprovadas no PAO 2018	10
Saídas previstas	-5
Pessoal em 31.12.2019	368

Figura 29 - Quadro de Pessoal (evolução)

Para além das já mencionadas 5 contratações ao abrigo do PREVPAP, durante o ano de 2018 foram ainda admitidos 12 colaboradores (3 em mobilidade intragrupo) e saíram 9.

Os gastos de 2018 não são diretamente comparáveis com os de 2019, uma vez que 2018 não incorpora os gastos de alguns colaboradores referente ao período entre a data das suas saídas e a das suas substituições, enquanto que 2019 inclui os gastos totais para um ano completo.

Acresce mencionar que as empresas do Grupo Águas de Portugal e os sindicatos afetos à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN) e à União Geral de Trabalhadores (UGT) assinaram em 2018 o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), tendo o mesmo sido aprovado a 8 de novembro pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), com efeitos retroativos a 1 de julho de 2018.

O ACT do Grupo AdP veio estabelecer as condições relativas nomeadamente a Salários, Carreiras, Subsídios e Organização do Trabalho, destacando-se a introdução de melhorias em relação ao regime atual praticado nas empresas.

Em quadros apresentados mais adiante, são evidenciados os efeitos do ACT nos gastos com pessoal.

Novas admissões

As admissões previstas para 2019, como já referido, resultam das admissões autorizadas para 2018 que a Tejo Atlântico não teve a possibilidade de concretizar, considerando que se encontram cumpridas as condições previstas no artigo 157.º do DLEO para a efetivação dessas contratações.

Sobre este tema não pode a Empresa deixar de acentuar a necessidade de futuramente vir a reforçar o seu quadro de pessoal para o número de colaboradores necessário em pleno funcionamento (374), face a:

- A Águas do Tejo Atlântico opera em áreas muito sensíveis (zonas balneares);
- Tem que cumprir com exigentes níveis de qualidade de serviço;
- Apresenta carências graves de pessoal, com destaque para a falta de operadores (em muitos centros operacionais o número de trabalhadores responde ao número definido para o cumprimento dos serviços mínimos);

- Apresenta carências de trabalhadores na manutenção e outras áreas de suporte;
- Estas carências têm implícitos riscos graves (na segurança dos trabalhadores) e em eventuais consequências na operação das infraestruturas (riscos de impacto ambiental, com consequências negativas ao nível do turismo e da economia);
- Tem 4 colaboradores em regime de cedência;
- Começa a apresentar um quadro de pessoal envelhecido (16% do total de trabalhadores tem mais de 55 anos) e com limitações físicas;
- Um elevado absentismo, por baixa (21 325 horas em 2017, respeitante aos 6 meses de atividade da Tejo Atlântico, e 22 832 horas no primeiro semestre de 2018);
- Ocorrência de saída de colaboradores (incluindo reformas e falecimentos) sem que tenha havido a respetiva substituição/renovação.

A Águas do Tejo Atlântico acomoda o incremento expectável nos gastos com pessoal, sem consequências ao nível dos seus resultados – a AdTA estima vir a ter um EBITDA de 44 milhões de euros - da sua rentabilidade definida contratualmente e do seu endividamento, face aos resultados estimados no presente documento. Acresce mencionar que este incremento nos gastos com pessoal é compensado em grande parte pela diminuição de gastos com fornecimentos e serviços externos.

Solicita-se ainda autorização prévia a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, para proceder ao recrutamento de trabalhadores para substituição de outros trabalhadores que saíam ao longo do ano de 2019, caso se venha a verificar essa necessidade, assim como para a reintegração dos trabalhadores cedidos, caso os mesmos pretendam ou tenham de voltar à Empresa, declarando a Águas do Tejo Atlântico que o processo de recrutamento só será efetuado assegurando o cumprimento das condições necessárias conforme decorre do artigo 157º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho.

Gastos

Os gastos com pessoal apresentam-se do seguinte modo:

Gastos de pessoal	31.12.2021 projeção	31.12.2020 projeção	31.12.2019 orçamento	31.12.2018 real	31.12.2017 real	variação % 2019 vs 2018
Gastos com Órgãos Sociais	279 577	279 577	279 577	263 834	176 596	6%
Gastos com pessoal	8 749 269	8 749 269	8 749 269	8 035 238	8 094 318	9%
Encargos sociais sobre remunerações	1 938 240	1 938 240	1 938 240	1 822 387	1 909 153	6%
Seguro de acidentes de trabalho	120 529	118 748	117 109	108 239	132 594	8%
Seguro de saúde e de vida	504 848	497 388	490 520	489 749	609 854	0%
Formação	210 820	207 704	204 837	87 035	35 692	135%
Fardamento	137 213	135 186	133 319	19 486	48 672	584%
Indemnizações/rescisões	30 419	30 420	30 000	0	0	0%
Outros gastos com pessoal	345 149	335 096	331 169	124 431	105 717	166%
Trabalhos para a própria empresa	(975 295)	(975 295)	(975 295)	(860 575)	0	13%
Total de gastos com pessoal	11 340 771	11 316 333	11 298 745	10 089 825	11 112 597	12%
Impacto ACT	305 268	304 291	303 549	89 371	0	240%
Total de gastos com pessoal sem ACT	11 035 503	11 012 042	10 995 196	10 000 453	11 112 597	10%

Figura 30 - Gastos com Pessoal

O valor de trabalhos para a própria empresa, respeita à capitalização de gastos com o pessoal dos colaboradores diretamente afetos à área de investimento, ou seja, as áreas de Engenharia, Estudos E Projetos e Gestão de Ativos.

Gastos de pessoal	31.12.2021 projeção	31.12.2020 projeção	31.12.2019 orçamento	31.12.2018 real	31.12.2017 real	variação % 2019 vs 2018
Gastos com Órgãos Sociais	279 577	279 577	279 577	263 834	176 596	6%
Gastos com cargos de direção	413 491	413 491	413 491	413 491	413 491	0%
Gastos com pessoal	8 323 603	8 323 603	8 323 603	7 609 571	7 674 169	9%
Benefícios pós emprego	0	0	0	0	0	0%
Ajudas de custo	12175,68	12175,68	12 176	12 176	6 658	0%
Restantes encargos	3256800,118	3232361,735	3 215 194	2 651 328	2 841 682	21%
Indemnizações/rescisões	30 419	30 420	30 000	0	0	0%
Trabalhos para a própria empresa	(975 295)	(975 295)	(975 295)	(860 575)	0	13%
Total	11 340 771	11 316 333	11 298 745	10 089 825	11 112 597	12%
Total sem TPPE e sem indemnizações	12 316 066	12 291 628	12 274 040	10 950 399	11 112 597	12%
Órgãos Sociais (CA+CF)	10	10	10	10	10	0%
Cargos de direção sem Órgãos sociais	6	6	6	6	6	0%
Número de trabalhadores sem cargos de direção	378	362	362	357	349	1%
	0	0	0	0	0	
	975 295	975 295	975 295	860 575	0	

Figura 31 - Gastos com Pessoal e número de colaboradores

O número de Órgãos Sociais inclui 3 Administradores Executivos, remunerados, 4 Administradores Não Executivos e 3 membros do Conselho Fiscal.

A variação dos gastos com pessoal de 2018 para 2019 decompõe-se do seguinte modo:

Gastos com pessoal em 2018	10 089 825
Efeito da implementação do ACT	214 178
Efeito das novas admissões	440 054
Variação dos gastos com formação	117 802
Variação dos gastos com fardamento	113 833
Variação dos gastos com programas de ação social	1 596
Variação dos valores capitalizados	114 720
Variação de outros gastos com pessoal (Medicina no Trabalho/ Proteção e Segurança)	206 738
Gastos com pessoal em 2019	11 298 745

Figura 32 – Variação dos Gastos com Pessoal

Orientações sobre Remunerações:

A elaboração da proposta de PAO 2019 teve em consideração todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao SEE, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho n.º 764/2012, de 25 de maio, do SET;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro;
- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro.



- Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019);
- Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019).

Benefícios Pós-Emprego:

Para 2019, assim como para o período de 2020 e 2021, não estão previstos quaisquer benefícios pós-emprego na AdTA.

Prazo médio de pagamento

Prazo médio de pagamento	31.12.2017 real	31.12.2018 real	31.03.2019 orçamento	30.06.2019 orçamento	30.09.2019 orçamento	31.12.2019 orçamento	31.12.2020 projeção	31.12.2021 projeção
Fornecedores	5 462 044	5 965 227	5 330 327	15 533 140	8 125 098	7 049 880	12 281 809	10 774 555
Fornecedores e serviços externos	26 445 037	25 573 175	6 412 692	12 560 013	10 441 177	24 748 787	25 093 725	25 468 646
CHVAC	2 392 080	2 822 534	655 837	1 375 228	2 099 463	2 019 539	2 859 013	2 901 898
Outros fornecedores	3 187 081	9 169 513	4 689 799	15 521 851	22 757 311	34 372 465	45 221 148	39 976 811
PMP - R.C.M.P. n.º 34/2008	62,3	58,1	41,4	60,8	47,5	46,1	61,3	100,3

Figura 33 – Prazo médio de pagamento

A dívida de fornecedores está influenciada por saldos “antigos” (anteriores à constituição da Águas do Tejo Atlântico) resultantes de litígios com empreiteiros e outros fornecedores que a Empresa está a resolver, pelo que para efeitos de cálculo do PMP, esses valores foram expurgados.

Note-se que o recebimento dos clientes está contratualizado nos 60 dias e que naturalmente este prazo influencia o prazo de pagamento.

Indemnizações Compensatórias:

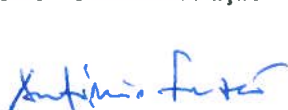
A AdTA não prevê receber empréstimos do Estado, aumentos de capital ou indemnizações compensatórias, bem como subsídios e outras operações similares.

Esforço público de financiamento	31.12.2017 real	31.12.2018 real	31.12.2019 orçamento	31.12.2020 projeção	31.12.2021 projeção	variação % 2019 vs 2018
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Aumentos de capital	-	-	-	-	-	-
Indemnizações compensatórias	-	-	-	-	-	-
Subsídios governamentais	-	-	-	-	-	-
Outras operações de financiamento	-	-	-	-	-	-

Figura 34 - Esforço Público de Financiamento para o triénio 2019-2021

Lisboa, 25 de julho de 2019

O Conselho de Administração




Anexo I – Seleção de investimentos plurianuais específicos para acompanhamento

SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAIS ESPECÍFICOS PARA ACOMPANHAMENTO

A menção "Investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da seleção, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "Investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação de apoio, aquisição/expropriação/serviço de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas, mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato e se concentra num ponto essencial, sendo certo que a empreitada (incluindo saneamento e montagem de equipamento) é de longo o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento, devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

LEGENDA: - Introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2018

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento: por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Informação com vista à seleção dos investimentos a considerar para efeitos de acompanhamento, de acordo com o planeamento

N	Empreitada	Valor total previsto para a obra (milhares de euros)	Execução prevista para o ano 2019	Mês de início real ou previsto	Mês de conclusão previsto	Tipo de investimento		
						Obra nova	Reabilitação/Remodelação/Substituição (%)	Total

Lista das dez empreitadas com maior valor que tenham execução em 2019, por ordem decrescente desse valor, de acordo com o planeamento

1	Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	5 344	2 375	out/18	dez/20		100%	100%
2	Remodelação de Intercretores/Condutas e Obras para Controlo de Afluências Indevidas	4 000	170	nov/19	nov/23		100%	100%
3	Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas - Fase 1	3 950	988	ago/19	mai/21		100%	100%
4	Secagem solar de lamas-Fase I	3 500	304	nov/19	nov/21	100%		100%
5	Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha	3 020	549	set/19	ago/21		100%	100%
6	Remodelação dos intercretores de Camarate, Apelação e Unhos	2 537	386	abr/18	abr/19	20%	80%	100%
7	Remodelação da ETAR de Santa Cruz/Silveira	2 500	442	out/19	abr/21		100%	100%
8	Telegestão - Fase I e Fase II	2 180	379	set/19	set/21	100%		100%
9	Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes	1 800	621	mar/19	set/21		100%	100%
10	Reabilitação do emissário de Caparide, na zona de Sintra (cx CP0010.00 a CP1630.00)	1 516	493	jul/18	mai/19		100%	100%

Lista das dez empreitadas com maior execução prevista ao longo do ano 2019, por ordem decrescente dessa execução, de acordo com o planeamento

1	Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	5 344	2 375	out/18	dez/20		100%	100%
2	Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas - Fase 1	3 950	988	ago/19	mai/21		100%	100%
3	Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas	1 010	808	nov/18	out/19		100%	100%
4	Construção dos Emissários Gravíticos do Subsistema do Carvalhal	967	725	nov/18	ago/19	100%		100%
5	Emissários gravíticos e sistemas elevatórios do subsistema da Ericeira-Fase II	1 118	671	nov/18	ago/20	100%		100%
6	Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca	875	656	abr/19	mai/20	100%		100%
7	Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes	1 800	621	mar/19	set/21		100%	100%
8	Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha	3 020	549	set/19	ago/21		100%	100%
9	Reabilitação do emissário de Caparide, na zona de Sintra (cx CP0010.00 a CP1630.00)	1 516	493	jul/18	mai/19		100%	100%
10	Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolas	750	469	ago/19	mai/20	100%		100%

Lista das cinco empreitadas propostas pela empresa para efeitos do acompanhamento a realizar

1	Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	5 344	2 375	out/18	dez/20		100%	100%
2	Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas	1 010	808	nov/18	out/19		100%	100%
3	Construção dos Emissários Gravíticos do Subsistema do Carvalhal	967	725	nov/18	ago/19	100%		100%
4	Emissários gravíticos e sistemas elevatórios do subsistema da Ericeira-Fase II	1 118	671	nov/18	ago/20	100%		100%
5	Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca	875	656	abr/19	mai/20	100%		100%

As cinco empreitadas propostas pela empresa podem ser todas integrantes de uma ou das duas listas de dez obras acima, ou podem não o ser, quando existam motivos que tomem muito relevante uma ou outra obra.

Fundamentação para a seleção de investimentos proposta pela empresa

Foi selecionada a empreitada de maior valor e representatividade e os quatro dos maiores investimentos com valor previsto para 2019.

Razões pelas quais a empresa considera serem os cinco investimentos acima aqueles que merecem maior atenção

Anexo II - Ficha sumária de investimento

FICHA SUMÁRIA - MONTANTES DE INVESTIMENTO DA EMPRESA

LEGENDA: introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2018

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Mês de referência

Mês a que a ficha se reporta

Planeamento versus realização

(milhares de euros)		jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19
Total anual dos valores do planeamento dos investimentos	34 383	1 488	1 523	1 679	1 731	1 160	10 186	1 852	2 585	2 809	3 077	3 242	3 551
Total dos valores da realização dos investimentos até à data													
Valores mensais do planeamento acumulados		1 488	3 011	4 690	5 921	7 081	17 267	19 119	21 704	24 513	27 590	30 832	34 383
Valores mensais da realização acumulados													
Taxa de execução acumulada													

Estão em causa os valores do investimento globais, com todas as suas componentes, ao contrário do que sucede com as fichas de investimento para os investimentos selecionados, em que os valores se referem exclusivamente à componente "empregada".

Notas sobre a evolução dos investimentos por comparação com o planeamento

Aspectos mais relevantes do desenvolvimento dos investimentos da empresa e motivos das diferenças face ao planeamento



Anexo III - Fichas descritivas de investimento plurianual

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número da ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.
 A menção a "investimento plurianual" define-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.
 Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminam na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às aprovações, prestação de serviços, aquisição/exatidão/serviço de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).
 No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas e/ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.
 Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato: se se concentram num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) e de longo o processo individual, porém relevante no comum dos investimentos. Mas na que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui, em causa e que a) incidir sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar os diversos componentes do mesmo.
 Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (apenas) e o seguinte formato de introdução: "mm/aa".

LEGENDA Introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30/06/2018

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento: por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa.

Designação do investimento

Beneficiária da ETAR de Beirólas - Fase I

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

Obra de reabilitação/remodelação/substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma), uma ou as duas componentes de ampliação e é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

5 344 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração: passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

5 344 (milhares de euros)

Valor total estimado para a componente de empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder a obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

213 510 (habitantes)

Pode incluir população residente, população turística, equivalente industrial, contando os carros e indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (a parcela total da empreitada).

Custo per capita para a obra total

25 (euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida.

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida.

Localização física do investimento

Lisboa

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e a população/populações ou ao local/localos se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A empreitada de Beneficiária da ETAR de Beirólas - Fase I contempla, em linhas gerais, o seguinte:

- Reforço do tratamento preliminar de caudais, aumentando a capacidade de tratamento e criando etapas que conferem robustez ao processo;
- Criação de uma nova linha de tratamento para receber caudais de tempo húmido;
- Aumento da capacidade de elevação de caudais ao tratamento secundário;
- Reforço da capacidade de tratamento de lamas;
- Cobertura dos principais órgãos produtores de odores;
- Reforço da unidade de desodorização.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

Face das condições de aluência à ETAR de Beirólas, identificou-se a necessidade de aumentar a fiabilidade da capacidade de tratamento da ETAR em tempo seco e de adaptar a ETAR ao comportamento do sistema unitário afluente. É também necessário aumentar a capacidade de desodorização para os órgãos da linha líquida.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

(mês/aa)

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês e que se refere à primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

out/18

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retomada.

Mês previsto para a conclusão da obra

dez/20

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	5 344	206	206	206	206	206	206	206	206	206	206	206	206	206	206

O valor "expurgado" da empreitada e o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes desta data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra tiver suspensão, o mês previsto para a retomada). O passado pré-planeamento fica esquecido. O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

0 (milhares de euros)

Montante de obra acumulado até à data de elaboração do planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes desta data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi pretendida, em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Complicação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a complicação estar já devidamente aprovada. Está em causa o valor referente a este investimento específico, naturalmente.



FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e condução de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estu- etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/serviço de ter desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito ímpor o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais rel- acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "Jun16").

LEGENDA:

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2018

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Emissários gravíticos do subsistema do Carvalhal

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

Obra nova

Podem tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

967 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

967 (milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

1 057 (habitantes)

Podem incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

915 (euros)

Ratão do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratão do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Maia - Carvalhal

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/localis se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A empreitada de execução dos Emissários Gravíticos do Subsistema do Carvalhal inclui a construção de 6 emissários/interceptores numa extensão aproximada de 3,5 km e de 1 estação elevatória q- ETAR do Carvalhal.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

População não servida à data.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

nov/18

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês prev-

Mês previsto para a conclusão da obra

ago/19

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados



FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número da ordem identifico o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.
 A menção "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.
 Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminam na realiação e conclusão de uma determinada e sinalizada obra que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às aprovações, prestação de serviços de apoio, aquisição/expropriação/serviço de terrenos, contrato para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).
 Não obstante, por uma questão de maior clareza e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas, mês ou ano), presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo e processo individual mais relevante no conjunto dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo. Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (ligar-se à seguinte formação de datação: "dd/aa/yy").

LEGENDA - Introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30/06/2018

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento, por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa.

Designação do investimento

Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subistema da Erceira - Fase II

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

Obra Nova

Pode tratar-se de "obra nova" de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma). Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

1 118 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, tendo em conta a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

1 118 (milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta a nova população a servir (se for o caso), podendo compreender a obra inteira, a uma parcela ou a uma

População servida

600 (habitantes)

Deve indicar população residente, população flutuante, eventual industrial, consoante os casos, e indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Lista em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

1 863 (euros)

Rácio do valor total da empreitada sobre a população servida.

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Rácio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida.

Localização física do investimento

Maia - Erceira

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e a povoação/povoações ou ao local/localis se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A empreitada Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subistema da Erceira - Fase II, consiste na construção de 5 emissários e condutas elevatórias numa extensão aproximada de 3,7 km e 2 estações elevatórias.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

População não servida à data

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

nov/18

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com baseção do uso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês (mediato) a tal data, a menos que haja uma suspensão de obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

ago/20

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	1 118	51	51	51	51	51	51	51	51	51	51	51	51	51	51

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicia em momento posterior. Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o mês da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido. O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

0 (milhares de euros)

Montante de obra acumulada antes da data de elaboração do planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se esta ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar. Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.
 A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.
 Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminam na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia geodésica, etc., contratação de outros serviços essenciais, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoios e produções, prestação desse apoio, aquisição/exporação/serviço de terrenos, concurso para obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua finalização).
 No entanto, por uma questão de maior facilidade de todos os dados "numéricos" (valores, data e/ou duração) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo e processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem apontar as diversas componentes do mesmo.
 Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais a similitude a introdução é determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês em questão, na seguinte formato de inunção: "1/1/18".

LEGENDA: - Introdução de dados

Nome da empresa
 Águas do Tejo Atlântico, S.A.
 Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento 30-06-2018
 Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento, por definição, esta data refere-se sempre ao último dia de mês em causa

Designação do Investimento
 Empreitada de Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Ranguengo Pequeno e Pena Seca
 A designação do investimento coincide com a designação da empreitada

Tipo de Investimento
 Obra Nova
 Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).
 Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada 875 (milhares de euros)
 Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova" 875 (milhares de euros)
 Valor total estimado para a componente da empreitada afectada a nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder a obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida 773 (habitantes)
 Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; e indistintamente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida (habitantes)
 Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total 1.132 (euros)
 Custo do valor total da empreitada sobre a população servida.

Custo per capita relativo à "obra nova" (euros)
 Custo do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida.

Localização física do investimento
 Lourinhã
 Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve e a povoação/povoações ou ao local/localos se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar
 A empreitada de Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Ranguengo Pequeno e Pena Seca contempla o encaminhamento das águas residuais produzidas nas povoações de Moledo, Feteira e Ranguengo Pequeno até à ETAR da Zambujela e da povoação da Pena Seca para a ETAR do Paço, através da construção de cerca de 5,5 km de emissários/intercetedores e 4 estações elevatórias.
 Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento
 População não servida à data.
 Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativas, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro, mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento
 A preencher apenas se o início da obra for anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo abr/19
 A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (sem exceção do caso da linha seguinte).
 Se o mês de início da obra for o mesmo anterior à data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a reabertura.

Mês previsto para a conclusão da obra mai/20
 O mês de conclusão previsto resulta da data de prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

	(milhares de euros)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	875	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes desta data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicia em momento posterior. Esta é suscetível a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra for anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a reabertura). O passado pré-planeamento fica esquecido. O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicado independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento 0 (milhares de euros)
 Montante de obra acumulado antes da data de elaboração do planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários
 Não está prevista a inclusão em candidaturas a apresentar.
 Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi pretendida, em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidaturas a apresentar.
 Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária (milhares de euros)
 A preencher apenas no caso de a participação estar devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizados.
 A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a identificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento é anual e apenas um caso particular de plurianual.
 Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminam na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotécnica, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às promoções, prestação de serviços técnicos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).
 No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas, mês ou meses) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo e processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que alertar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem apontar as diversas componentes do mesmo, nota importante de preenchimento: noticiamos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês e a data (estruturada tem de ser a do primeiro dia do mês) seguinte ao seguinte formato de introdução: "12/16".

LEGENDA - introdução de dados

Nome de empresa
 Águas do Tejo Atlântico, S.A.
 Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento
 Data formal de inclusão do processo de elaboração do planeamento, por definição, e a data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento
 Empreitada de Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas
 A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento
 Obra de reabilitação/remodelação/substituição
 Pode tratar-se de "obra nova" de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).
 Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total de empreitada (milhares de euros)
 Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, presente e futura.

Estimativa do valor total de componente "obra nova" (milhares de euros)
 Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida (habitantes)
 Pode incluir população residente, população futura, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida (habitantes)
 Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total (euros)
 rácio do valor total da empreitada sobre a população servida.

Custo per capita relativo à "obra nova" (euros)
 rácio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida.

Localização física do investimento
 Lisboa
 Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e a povoação/povoações ou ao local/localos se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar
 Substituição de diversos tamisadores e grades mecânicas nos Subistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas
 Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento
 A necessidade de substituir, por motivos de degradação e fim de ciclo de vida, diversos tamisadores e grades mecânicas nos Subistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas, em cumprimento da obrigação de manutenção dos bens e meios afetos à concessão.
 Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno e obter (que pode ser financeiro) mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento
 A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento; Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo
 A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).
 Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, e o mês a que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para o retorno.

Mês previsto para a conclusão da obra
 O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	1 010	84	84	84	84	84	84	84	84	84	84	84	84	84	84

O valor "expurgado" da empreitada e o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.
 Esta em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou se a obra estiver suspensa, o mês previsto para o retorno). O passado pre planeamento fica esquecido.
 O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicado independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento (milhares de euros)
 Montante de obra acumulado antes da data de elaboração do planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários
 Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.
 Indicar se o investimento é objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi rejeitada; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.
 Se for esse o caso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária (milhares de euros)
 A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

Anexo IV - Parecer do Órgão de Fiscalização

Anexo V - Parecer do Revisor Oficial de Contas

